SISTEMA TRIBUTÁRIO
Regras precisam aderir ao padrão da OCDE

INFRAESTRUTURA
Agências reguladoras mais independentes

POLÍTICA COMERCIAL
Hora de acabar com os problemas de governança

Indústria BRASILEIRA

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 23 | Junho 2018

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2018

OPORTUNIDADE PARA FAZER MELHOR

CNI ENTREGA AOS PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PROPOSTAS PARA RECUPERAR A ECONOMIA E RENOVAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO PAÍS

CNI SESI SENAI IEL
CNI
Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Explore tudo que o futuro ***já trouxe para você.***

OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO
SENAI SESI

SEMPRE FUTURO

Participe da Olimpíada do Conhecimento e veja como o futuro já faz parte do dia a dia do SESI e do SENAI.

 # Cidade Inteligente: casa com inteligência artificial, horta feita por um robô, espaço pet, centro de saúde com impressão de gesso 3D, carros autônomos e veículos elétricos, espaço moda, ambiente gourmet tech com impressoras de comida e muito mais.

 # Escola do Futuro: Desafio de Robótica na Indústria, Grand Prix de Inovação, Mostra Inova, Mostra de Ciências e Engenharia e Espaço Maker.

 # Museu dos Futuros Possíveis: espaço que reúne arte, informação, inovação, tecnologia e reflete as novas possibilidades que surgem com as transformações do mundo e da sociedade.

 # Ciclo de Palestras: participação de especialistas das áreas de educação, inovação, games, tecnologia, gastronomia e moda.

 # Entrada e estacionamentos gratuitos. Horário de funcionamento: das 9h às 18h.

 # Praça de alimentação.

De 5 a 8 de julho. CICB - Setor de Clubes Esportivo Sul, Trecho 2, Conjunto 63, Lote 50 - Asa Sul - Brasília/DF.

SENAI /senainacional /senainacional /senai_nacional /senaibr
SESI /SESINacional /sesi

SESI
Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

SENAI
Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

CARTA AO LEITOR

As eleições livres e regulares são um elemento essencial da vida democrática, mas não são o único. O diálogo social, a proposta consequente de políticas públicas aos governos e o compromisso dos agentes econômicos com a estabilidade institucional e o progresso nacional são, também, fundamentais para a construção de um sistema político governável e funcional. Cumprindo sua missão de representação setorial e de compromisso com o país, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) oferece nas eleições deste ano – e pela sétima vez consecutiva – um conjunto de propostas aos candidatos à Presidência.

Para ampliar a divulgação desse conteúdo, esta edição especial da revista *Indústria Brasileira* traz um resumo das propostas, que originalmente foram organizadas em 43 cadernos, com amplo escopo de cobertura temática e meticulosa elaboração baseada em documentos técnicos e dados estatísticos. Nas páginas seguintes, cada caderno está resumido em seus tópicos mais importantes.

A sucessão de temas explora, em síntese, a agenda que o setor industrial tem defendido nos últimos anos: segurança jurídica; investimento em educação; reformas fiscal, previdenciária e tributária; modernização e inovação produtiva; privatizações e solução dos gargalos de infraestrutura; e ampliação e sofisticação do nosso posicionamento comercial. Anos de acompanhamento do processo legislativo e regulatório em Brasília e de comparação com as experiências internacionais fazem desse conjunto de propostas um guia valioso para recolocar o país na direção do crescimento sustentado.

Esta edição também apresenta uma ampla reportagem que reúne análises de cientistas políticos sobre as incertezas que marcam estas eleições e as chances de que uma agenda de reformas seja bem-sucedida, especialmente em temas mais complexos nos quais muitos atores têm poder de veto. O ímpeto reformista da candidatura vitoriosa em 2018, contudo, só será conhecido a partir de 1º de janeiro do ano que vem, quando a caneta presidencial mudar de mãos.

Boa leitura!

Revista INDÚSTRIA BRASILEIRA
Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES
Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES
Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo
CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO
FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Sandro Lima e Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmito, Esteban Pinilla e Gabriela Assreuy; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI
https://www.facebook.com/cnibrasil
https://www.flickr.com/photos/cniweb
https://instagram.com/cnibr/
https://twitter.com/cni_br
https://www.linkedin.com/company/cni-brasil
https://www.youtube.com/user/cniweb

SESI
https://www.facebook.com/SESINacional
https://www.youtube.com/user/sesi
https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional

SENAI
https://www.facebook.com/senainacional
https://www.instagram.com/senai_nacional/
https://twitter.com/senainacional
https://www.youtube.com/user/senaibr
https://www.linkedin.com/company/senai-nacional

IEL
https://www.facebook.com/IELbr
https://www.instagram.com/ielbr/
https://twitter.com/iel_br
https://www.linkedin.com/company/iel-nacional

SUMÁRIO

CAPA

Candidatos recebem da CNI 43 cadernos temáticos com um sistema articulado e coerente de ações para que o país tenha um crescimento sustentado **8**

CONHEÇA AS PROPOSTAS

Edição especial resume os aspectos centrais das sugestões da indústria brasileira à futura Presidência do país **16**

SEGURANÇA JURÍDICA
Poderes da República precisam melhorar sua governança e oferecer mais previsibilidade aos agentes econômicos **18**

INGRESSO NA OCDE
O país pode viver um ciclo de modernização e inserção global ao aderir à entidade que reúne as potências econômicas internacionais **20**

SAÚDE SUPLEMENTAR
O crescimento exponencial dos custos de serviços médicos e hospitalares precisam ser revistos **23**

ECONOMIA CIRCULAR
O aproveitamento dos recursos naturais depende de ação integrada do Estado, do setor produtivo e dos consumidores **26**

PREVIDÊNCIA
Ajustes pontuais, como a implantação de sistema eletrônico para atestados médicos, evitaria fraudes e daria mais solidez e eficiência ao sistema **29**

TRANSPORTE FERROVIÁRIO
A recuperação e ampliação da malha de ferrovias no país eliminaria importantes gargalos logísticos **32**

GÁS NATURAL
A criação de um mercado competitivo para o produto evitaria abusos e reduziria um custo importante para a indústria nacional **35**

INDÚSTRIA 4.0
Empresas têm feito sua parte para reduzir o *gap* com principais competidores, mas governo precisa oferecer políticas de incentivo **38**

PROPRIEDADE INTELECTUAL
INPI precisa funcionar com prazos que não freiem o processo de inovação no Brasil **39**

ACORDOS COMERCIAIS
Apesar da retomada da agenda de negociações, há ainda muitas oportunidades de expansão e abertura da fronteira comercial **40**

TRIBUTAÇÃO
A burocracia e a complexidade do sistema de tributos reduz nossa competitividade no comércio exterior **43**

HORA DE DECIDIR O FUTURO DO PAÍS

Em alguns meses, os brasileiros serão chamados às urnas para decidir o rumo do país nos próximos quatro anos. De maneira livre e soberana, os eleitores vão fazer suas escolhas entre as várias opções que lhes serão apresentadas. Depois de uma crise política sem precedentes na história republicana nacional, o momento é extremamente importante para a retomada do caminho que levará ao desenvolvimento econômico e social.

A indústria brasileira, que sempre promoveu um constante diálogo com os poderes constituídos da República e com a sociedade, não quer só conhecer as ideias dos candidatos ao Palácio do Planalto sobre os assuntos de interesse público. Como faz em cada período eleitoral, a CNI está apresentando aos presidenciáveis diversas propostas, com medidas consideradas fundamentais para romper obstáculos ao crescimento da economia, estimular o amadurecimento institucional e melhorar a qualidade de vida da população.

É imprescindível implementar reformas mais amplas e medidas pontuais com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas. O país precisa voltar a crescer de maneira consistente, duradoura e num ritmo mais vigoroso. A manutenção da estabilidade macroeconômica, com inflação sob controle, contas públicas equilibradas e câmbio menos imprevisível é um requisito indispensável para que se retomem o planejamento e os investimentos.

No próximo mandato presidencial, será necessário encontrar um consenso político para viabilizar a reforma tributária, enfrentando, enfim, a complexidade que tanto atrapalha a vida das empresas. Entre outras diretrizes, a cobrança de tributos precisa ser simplificada, o que reduziria custos e facilitaria as operações corporativas. É essencial desonerar completamente as exportações e

os investimentos, iniciativa que impulsionaria a expansão econômica.

Do mesmo modo, não é possível adiar mais a reforma da Previdência, sob pena de perpetuar o desequilíbrio fiscal. Caso o país não resolva esse problema, o sistema previdenciário entrará em colapso. Os aposentados correm o sério risco de não receberem seus proventos, o que provocaria uma crise social de graves proporções. Sem que sejam fixadas regras iguais para todas as categorias de trabalhadores, as injustiças do atual modelo permanecerão existindo.

A infraestrutura do país deve ser ampliada e modernizada por investimentos com a participação do setor privado. Alguns dos atuais marcos regulatórios necessitam de revisão, o que é crucial para conferir segurança jurídica aos projetos. A continuidade das licitações e concessões nas áreas de petróleo e gás, aeroportos, portos e rodovias, entre outras, certamente daria mais eficiência e dinamismo à economia nacional.

Na área externa, os produtos brasileiros se beneficiariam da abertura de novos mercados, com a assinatura de acordos comerciais com países ou blocos relevantes, o fortalecimento da defesa comercial e uma atuação firme na Organização Mundial do Comércio (OMC). Desenvolver-se pressupõe, ainda, progressos em educação, saúde, saneamento básico e segurança pública.

Como sabemos, os desafios são muitos, mas a nossa capacidade de enfrentá-los é enorme e já foi demonstrada em outros momentos da história. Temos que avançar mais rapidamente do que nas últimas duas décadas e meia, quando o Plano Real afastou a hiperinflação e deu início a uma nova era na economia brasileira. Devemos unir forças para construir o país desenvolvido que o setor produtivo, os trabalhadores e toda a sociedade desejam.

Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

PROPOSTAS À FUTURA PRESIDÊNCIA DO PAÍS

CNI ENTREGA AOS PRESIDENCIÁVEIS 43 CADERNOS TEMÁTICOS COM MEDIDAS OBJETIVAS PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES PRODUTIVAS NO BRASIL E ESTIMULAR O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA

Foto: Marcos Corrêa/PR

A decisão eleitoral de 2018 sobre o futuro ocupante do Palácio do Planalto é crucial para o avanço da agenda de reformas

As reformas estruturais são fundamentais para a consolidação da estabilização da economia brasileira e para a retomada do crescimento econômico sustentado. Elas visam a redefinir o tamanho do Estado, seu perfil de atuação e sua interação com o setor privado. Implementadas, as mudanças ajudarão a remover obstáculos que dificultam a atuação empresarial e tornarão viável a atuação do Estado onde ele deve, de fato, estar presente.

Passadas seis eleições presidenciais, o texto acima, extraído do documento *Rumo ao Crescimento – A visão da indústria*, entregue em 1994 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aos candidatos à Presidência da República naquele pleito, ainda está atual. Apesar dos avanços na economia e na área social, o Brasil ainda busca um desenvolvimento econômico sustentável. As eleições gerais de 2018 oferecem uma nova oportunidade para a sociedade brasileira pensar no país que deseja para os próximos anos.

Para contribuir com o debate, a CNI elaborou, novamente, um conjunto de propostas a serem discutidas e entregues aos candidatos à Presidência da República: *2018 – Propostas da indústria para as eleições*. Cada tema tem ideias que a indústria defende para aumentar a produtividade do trabalhador, melhorar o ambiente de negócios, estimular a economia e ampliar a geração de emprego e renda. O documento tem sugestões, também, para as áreas de educação, licenciamento ambiental e saúde.

> *"(Esperamos que) o próximo governo tenha capacidade de fazer uma coalizão em torno de reformas que são essenciais para aumentar o potencial de crescimento da economia brasileira"*
>
> **José Augusto Fernandes,** diretor de Políticas e Estratégia da CNI

"Embora haja a questão fiscal, associada à reforma da Previdência Social, os temas mais importantes estão ligados à área tributária, à infraestrutura, à segurança jurídica e à área internacional", afirma José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da CNI. Segundo ele, alguns problemas apontados em 1994 ainda permanecem, como o caso da reforma tributária. "Houve alguns avanços, mas também retrocessos. Nesse sentido, o conjunto da obra permanece o mesmo", ressalta ele.

No caso da Previdência Social, cuja reforma em discussão no Congresso Nacional conta com o apoio do empresariado industrial, as propostas da CNI se concentram na modernização do sistema previdenciário brasileiro. Para a entidade, a agenda de reformas da Previdência vai além da necessária alteração da idade mínima e das regras de acesso ao direito à aposentadoria. É preciso, por exemplo, reformular a gestão do sistema de concessão de benefícios (previdenciários e acidentários) e harmonizar as normas previdenciárias e de segurança e saúde.

No documento sobre o tema, a CNI avalia que "essa é uma agenda com

SAIBA O QUE AVANÇOU E O QUE NÃO NAS PROPOSTAS ENTREGUES AOS CANDIDATOS PRESIDENCIAIS DESDE 1994

1994 **Rumo ao Crescimento – A visão da indústria**

AVANÇOU na reforma da Previdência Social, com troca do tempo de serviço pelo tempo de contribuição como pré-requisito para a aposentadoria e na separação dos orçamentos da seguridade social e da Previdência Social. Também foram eliminadas as aposentadorias especiais e foram criadas novas regras para o cálculo do benefício. Na área tributária foi aprovada a Lei Kandir, que desonerou as exportações do ICMS.

NÃO HOUVE AVANÇO em relação à proposta de idade mínima, derrotada no Congresso Nacional, nem na criação de uma previdência complementar obrigatória para a faixa salarial até dez salários mínimos. A maior parte das distorções, como cumulatividade, excesso de regras tributárias e elevada carga sobre folha de pessoal, não foi resolvida no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

impactos importantes sobre a sustentabilidade fiscal e a segurança jurídica de empresas e trabalhadores" e, portanto, de interesse comum de empresas, governo e empregados. O desafio, conforme o documento, é realizar uma reforma de temas previdenciários (segurança e saúde no trabalho, sistema de concessão de benefícios, em especial acidentários) com foco em transparência, responsabilidade e segurança.

Para a CNI, é necessário estabelecer um novo paradigma, no qual as regras de previdência e de saúde e segurança no trabalho venham em benefício de todos. Em outras palavras, regras que não sobrecarreguem o sistema, não estimulem o abandono do mercado de trabalho, não repassem as responsabilidades estatais às empresas nem percam o equilíbrio social e econômico que as políticas públicas devem ter. Tais mudanças podem ser feitas por meio de leis aprovadas no Congresso Nacional ou de resoluções do governo.

Uma medida nesse sentido é permitir que o médico do trabalho solicite a prorrogação do auxílio-doença no caso do empregado que ainda não tenha recuperado sua capacidade laboral. Isso poderia dar maior segurança jurídica ao afastamento do empregado. Do ponto de vista da gestão, o governo poderia padronizar os procedimentos adotados pelas agências do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) na definição dos acidentes de trabalho, visando a obter maior segurança jurídica e garantir o direito de defesa às empresas.

Em relação às aposentadorias especiais, a CNI propõe que o benefício seja devido somente quando a proteção coletiva ou individual não for eficaz para manter os agentes nocivos abaixo dos limites de tolerância e, com isso, incentivar os investimentos em proteções para o empregado. Além disso, propõe vincular a concessão de aposentadoria especial ao dano efetivo à saúde, para que o benefício seja concedido com base em parâmetros objetivos. De uma maneira geral, as sugestões buscam eliminar o excesso de regulamentação e a falta de padronização na gestão previdenciária.

QUESTÃO FISCAL

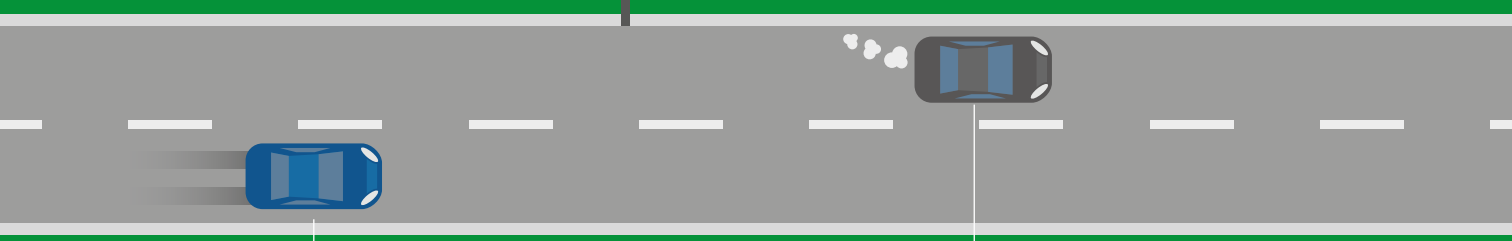
O professor Fernando Abrucio, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, considera que "o próximo presidente tem de combinar reformas fiscais que nos deem um certo fôlego para que, num prazo de dois anos, possamos ter um crescimento mais sustentável". Segundo ele, "quem não prestar atenção nisso será derrubado pelos fatos. Essa é a realidade do Brasil". Abrucio considera importante a formação de um colchão de proteção social, que não seria tão necessária caso o país não tivesse passado por uma recessão tão profunda.

Segundo ele, a reforma fiscal nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) aconteceram num período mais favorável. "Mas agora nosso colchão é menor, considerando o número de desempregados e a queda de renda média. Então o nosso próximo presidente vai ter de combinar algum tipo de ajuste fiscal com algum tipo de proteção social. E isso é político. Muitas lideranças políticas ainda não perceberam isso", diz o professor. Abrucio considera provável a aprovação de alguma reforma previdenciária e tributária em 2019.

Essa expectativa positiva não é compartilhada pelo cientista político Marcus André Melo, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). "Qualquer prognóstico sobre essas reformas pressupõe a identificação do provável ocupante da cadeira presidencial. A enorme incerteza sobre o resultado das eleições não permite conjecturas com alguma confiabilidade. Mas, de qualquer forma, as chances de retomada dessa agenda são elevadas na maioria dos cenários para a disputa dado o que chamaria de imperativo fiscal", diz Melo.

Para ele, "virtualmente, todos os candidatos com alguma viabilidade – Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede),

1998 **Competitividade e Crescimento – A agenda da indústria**



HOUVE AVANÇO na redução da taxa básica de juros, que chegou a 41,60% ao ano em 1998, em função da crise internacional que repercutiu no Brasil. Com Fernando Henrique Cardoso reeleito, a taxa caiu para 29,5% anuais em janeiro de 1999, chegou a 15,25% ao ano em fevereiro de 2001 e fechou 2002 em 18% anuais.

NÃO HOUVE AVANÇO na área de relações do trabalho, em que a CNI defendia alteração na Constituição, para permitir a prevalência do negociado sobre o legislado, redução do excesso de regulação e revisão do poder normativo da Justiça do Trabalho.

Ciro Gomes (PDT), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) – terão incentivos para fazer reformas, mesmo que na forma de estelionato eleitoral". Entretanto, diz ele, a qualidade das reformas irá variar muito, pois depende de vários fatores, inclusive capacidade política dos governantes eleitos e capacidade técnica de suas equipes.

Melo lembra que, mesmo candidatos com retórica antirreformista no passado, como Lula e Dilma Rousseff, acabaram implementando parte de uma agenda de mudanças regulatórias. "A imprudência fiscal do governo Lula foi, em parte, produzida pela euforia gerada pelo *boom* de commodities. Com ele, as restrições fiscais enfraqueceram e provocaram um desvario expansionista. A situação a partir de 2019 é bem adversa", afirma o cientista político.

"As reformas são urgentes e a melhor oportunidade de levá-las a cabo é exatamente no primeiro ano de governo. Estudos mostram não só que o apoio ao governo decresce no decurso do mandato como também que a iniciativa legislativa costuma ser maior no primeiro ano da legislatura. Em termos estratégicos, o primeiro ano da legislatura representa o melhor momento para se tentar aprovar políticas impopulares", avalia Jaqueline Porto Zulini, do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP).

"A reforma da Previdência é apenas um dos itens do problema fiscal. Talvez o mais importante, mas não o único. Em geral, há uma necessidade de adequação das despesas diante do nível de endividamento e do volume de gastos públicos. Há uma necessidade de ações na direção do controle das despesas. E a reforma da Previdência abrange essa parte, mas não resolve. A política de valorização do salário mínimo deve ser revista, assim com os benefícios de assistência social, a questão dos gastos com o funcionalismo público e a política de contratação", afirma Rafael Cortez, da consultoria Tendências.

REGRAS TRIBUTÁRIAS

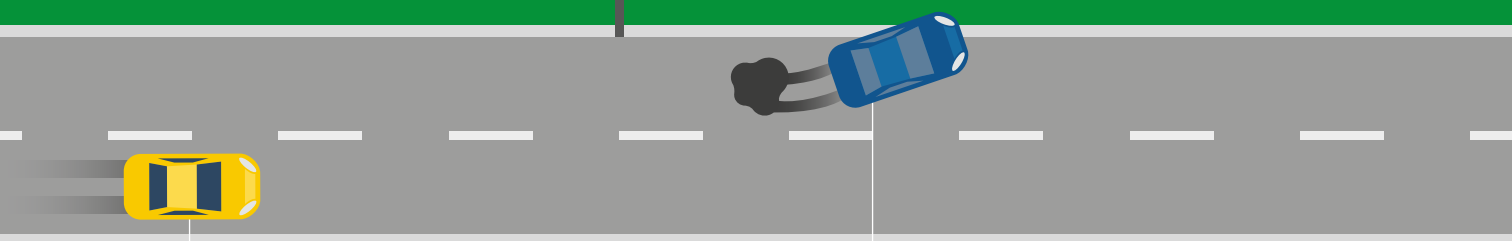
Na área tributária, a CNI defende que o Brasil deve aperfeiçoar suas regras, simplificando a cobrança de tributos. No caderno *Tributação da renda de pessoas jurídicas: o Brasil precisa se adaptar às novas regras tributárias globais*, a entidade avalia que a nova ordem tributária internacional, iniciada com o Projeto BEPS (Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros) e o pleito de acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) oferecem um ambiente favorável às mudanças que o país precisa realizar.

Mas essa nova ordem também apresenta riscos ao crescimento econômico e à base tributária brasileira em caso de não adaptação das normas. Conforme o documento, os países estão buscando redefinir suas posições nas Cadeias Globais de Valores (CGVs) por meio da negociação multilateral de um novo sistema tributário internacional. A partir daí, as reformas em cada país devem ser desenhadas de maneira coerente com esse novo sistema.

Isso afetará a competitividade de empresas multinacionais, influenciará a localização de avanços tecnológicos e a distribuição geográfica de ganhos de produtividade e de desenvolvimento de capital humano. Ou seja, haverá impacto no crescimento e no desenvolvimento econômico de cada país. Para a CNI, o aperfeiçoamento da tributação das empresas no Brasil não pode ser seletivo, escolhendo apenas as regras que interessam ao fisco e sem atenção aos efeitos econômicos, e nem mais rigoroso que o padrão internacional. O país "não tem mais a opção de manter a inconsistência e a não harmonização com os padrões internacionais e com as diretrizes da OCDE", diz o texto.

O possível acesso do Brasil à OCDE, solicitado em 2017, produzirá compromissos que poderão ter implicações relevantes para a economia brasileira e para a sua indústria, abrindo novas oportunidades para a modernização institucional do país. De acordo com o documento, o

2002 **A indústria e o Brasil – Uma agenda para o crescimento**



HOUVE AVANÇO na reforma da previdência dos servidores públicos em 2003, com a exigência de uma idade mínima para quem ainda não tinha direito adquirido de receber o valor integral: 65 anos para os homens, com 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público e 10 anos de carreira. No caso das mulheres, a idade ficou em 55 anos e 30 de contribuição. A mudança acabou, ainda, com a aposentadoria integral após a criação e regulamentação da aposentadoria complementar.

NÃO HOUVE AVANÇOS em relação ao primeiro emprego. O governo Lula lançou, em 2003, o programa *Primeiro Emprego*, bandeira de campanha de sua eleição em 2002, mas o programa empregou menos de 15 mil pessoas e, como não deslanchou, foi extinto em 2006. O desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos ainda é alto e chegou a 28,1% no primeiro trimestre de 2018, com 4,42 milhões de jovens sem emprego.

processo de acesso de um país à entidade é a fase crítica de seu relacionamento com a organização. É nessa etapa que os países-membro buscam obter o máximo de concessões e a tendência é que exijam a implementação dos compromissos – em termos de adequação de regulação e práticas domésticas – antes de darem o aceite final ao ingresso do novo membro. Atualmente, além do Brasil, pleiteiam a acessão à OCDE: Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia. O elevado número de pleitos, quando a organização já conta com 36 membros, tem suscitado debates entre os países-membro sobre os critérios mais relevantes para a aceitação de novos integrantes.

Os principais critérios para admissão de um novo país na OCDE são: ter convergência de visões com a instituição, ser um ator significativo na economia global e gerar benefício mútuo também para a organização. O Brasil é, hoje, o país não-membro da OCDE com maior grau de adesão aos instrumentos normativos e que participa do maior número de comitês da organização. Ainda assim, o conjunto de reformas necessárias para que o Brasil receba o aval de ingresso na OCDE envolverá desafios importantes. As áreas mais preocupantes são o regime tributário, a política comercial e o arcabouço institucional para a proteção da propriedade intelectual.

SEGURANÇA JURÍDICA

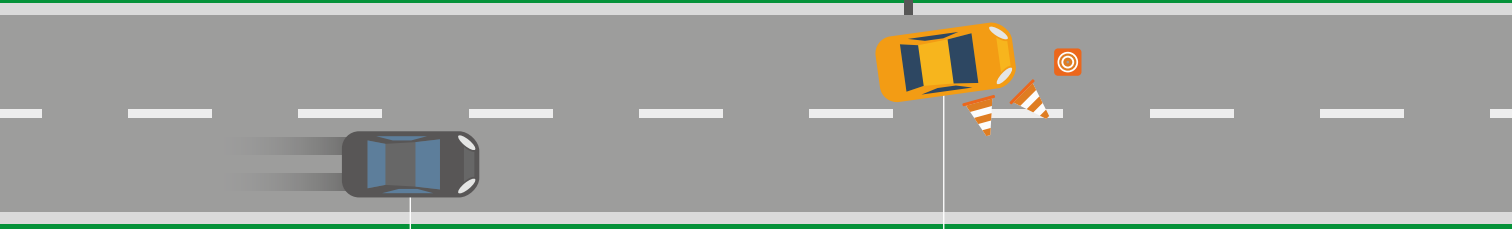
O caderno *Segurança jurídica e governança na infraestrutura* mostra que a qualidade da governança, da segurança jurídica e da regulação setorial é fundamental para destravar os investimentos de infraestrutura no Brasil. "A baixa qualidade não apenas eleva o risco de investir, em virtude da má regulação, mas também onera o custo do projeto e alonga sua implantação, reduzindo o retorno e a atratividade dos investimentos", avalia o documento. De acordo com o diagnóstico, o Brasil tem uma governança mal estruturada em função da escassez de recursos dos órgãos públicos responsáveis por selecionar, estruturar e executar os projetos.

Além de projetos mal elaborados, há ainda uma quase completa inoperância dos órgãos de controle interno. Isso traz diversos problemas aos investimentos de infraestrutura. "Os órgãos de controle externo, por contarem com mais recursos, autonomia e segurança jurídica que os gestores, têm identificado inúmeros desses problemas", avalia o documento da CNI. Ainda de acordo com o estudo, "em parte, os problemas decorrem do fato de as sanções serem impostas em caráter individual, enquanto os problemas são sistêmicos, afetando os órgãos gestores como um todo".

A falta de segurança jurídica é pouco examinada como uma das fontes que limitam o investimento em infraestrutura no Brasil. Segundo o texto, "há poucos estudos sobre em que medida a relação nem sempre tranquila entre empresas,

> *"As chances de retomada dessa agenda (de reformas) são elevadas na maioria dos cenários para a disputa dado o que chamaria de imperativo fiscal"*
>
> **Marcus André Melo**, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

2006 **Crescimento – A visão a indústria**



A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, também conhecida como Super Simples, foi um **AVANÇO** ao agilizar e unificar o recolhimento de impostos da União, dos estados e dos municípios. Adotada em 2007, no segundo mandato de Lula, a medida poderia reduzir em até 67% a carga tributária e estimular a formalização de empresas.

Novamente **NÃO HOUVE AVANÇO** nas propostas para modernizar a legislação trabalhista e simplificar o sistema tributário e o controle de gastos públicos, que voltou a subir a partir de 2007. Também não avançou a discussão sobre o papel do Estado, que aumentou o grau de intervenção na economia.

gestores públicos e órgãos de controle externo têm funcionado como um freio ao investimento em infraestrutura". Diante da ameaça de sofrerem sanções dos órgãos de controle, os gestores acabam travando as obras e os desembolsos de recursos. Com isso, as empresas executoras têm prejuízo e a obra fica paralisada.

Ainda na área de infraestrutura, o licenciamento ambiental, tema de outro caderno, tem diversos desafios a serem superados para que as regras brasileiras sejam adequadas às melhores práticas, "de modo a eliminar as disfunções que comprometem a qualidade do meio ambiente e que geram obstáculos desnecessários ao funcionamento pleno da economia", conforme o diagnóstico apresentado. Há excesso de procedimentos burocráticos, superposição de competências, falta de clareza de procedimentos e insegurança jurídica, até mesmo após a obtenção da licença ambiental.

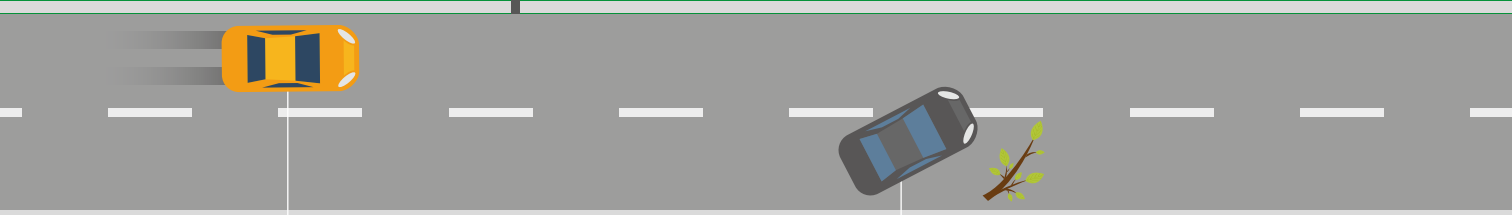
O caderno *Mudanças climáticas – Estratégias para a indústria* mostra que, entre 1996 e 2015, as perdas econômicas causadas por eventos climáticos extremos somaram US$ 3,08 trilhões – o que corresponde a cerca de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) acumulado no período, causando cerca de 528 mil mortes. Ainda de acordo com o documento, no Brasil, os eventos climáticos extremos representaram perdas de até R$ 355,6 bilhões, entre 2002 e 2012. Essas ocorrências afetaram 33,9 milhões de brasileiros e desalojaram 2,2 milhões de pessoas.

> *"As reformas são urgentes e a melhor oportunidade de levá-las a cabo é exatamente no primeiro ano de governo"*
>
> **Jaqueline Porto Zulini**, pesquisadora do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP

Os impactos que mais assolam países como o Brasil estão ligados à infraestrutura menos resiliente ao clima e à ausência de coordenação de políticas públicas de prevenção e evacuação. Segundo estimativas de órgãos internacionais, são necessários investimentos da ordem de US$ 93 trilhões em toda a economia até 2030 no mundo, visando a financiar medidas para redução de emissões de gases do efeito estufa. Para a CNI, a agenda de mudança do clima vai além de uma "agenda de integridade ambiental" e está ligada à transformação estrutural da economia.

Outro tema chave, segundo José Augusto Fernandes, da CNI, é a educação. "Como estamos explorando a questão da nova fronteira industrial, da indústria 4.0, e dos ganhos de produtividade, a educação merece uma agenda à parte e o nosso foco é basicamente sua qualidade, especificamente a implementação da reforma do ensino médio. Outros pontos importantes são a questão da formação profissional e o ensino da engenharia, que precisa preparar um profissional voltado para a solução de problemas e a identificação de soluções para o sistema produtivo", diz o diretor da CNI.

2010 **A indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor**



A regulamentação e posterior implementação dos fundos de previdência complementar, em 2012, pôs fim à aposentadoria integral no serviço público para os novos servidores. Também **HOUVE AVANÇO** na redução de encargos trabalhistas, na criação do Micro Empreendedor Individual (MEI) e na privatização de aeroportos federais.

NÃO HOUVE AVANÇO na reforma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cujo déficit continuou em alta. Além disso, as frequentes mudanças nas regras tributárias e na respectiva interpretação geram insegurança jurídica. Por fim, o aumento de gastos públicos e a falta de transparência deterioraram as contas públicas.

INFLUÊNCIA DA POLÍTICA

Fernandes diz que a indústria espera que "o próximo governo tenha capacidade de fazer uma coalizão em torno de reformas que são essenciais para aumentar o potencial de crescimento da economia brasileira". Segundo ele, o Brasil, sem as reformas, tenderá a patinar em um crescimento próximo de 2% ao ano. "Com as reformas, ele pode provavelmente duplicar esse crescimento. Isso é que está sendo posto para a sociedade", avalia. Segundo ele, a influência da política é natural porque "nenhuma política econômica se dá no vácuo".

Para Marcus Melo, da UFPE, "há um padrão facilmente observável entre o comportamento fiscal dos governos em anos eleitorais: há um ciclo expansionista em anos eleitorais (produzido por elevação de gastos e política monetária expansionista) que potencialmente beneficiam os incumbentes. O custo vem depois na forma de ajustes fiscais. O que diferencia democracias consolidadas e novas é que, nas primeiras, a volatilidade é bem menor. Ou seja, o ciclo em países como o nosso é mais pronunciado", diz o professor.

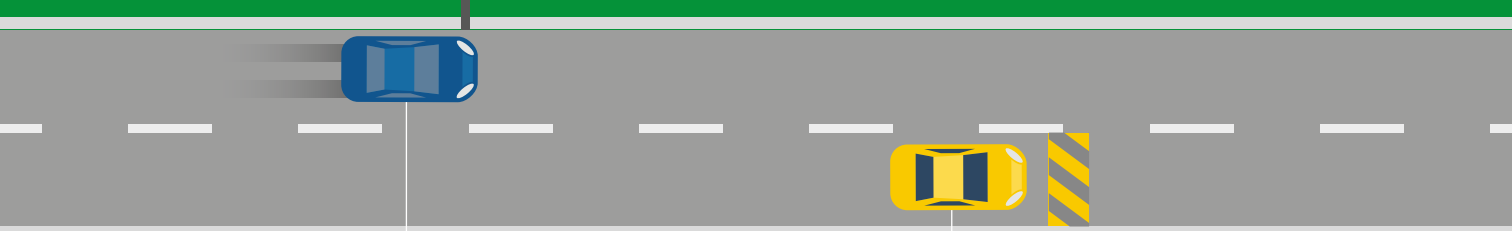
Já Fernando Abrucio, da FGV-SP, afirma que não há muito o que o sistema político possa fazer neste momento. "Qualquer mudança agora teria pouca legitimidade. A sorte nossa é que, embora pareça um paradoxo, depois da Copa do Mundo, o Congresso só volta em outubro. Neste momento, a política ajuda se não mexer muito. Depois de outubro, aí sim poderemos discutir como os políticos, pelo mandato que têm, podem ajudar a melhorar o país", afirma.

O próximo governo terá que combinar ajuste fiscal e proteção social, diz Abrucio

Na avaliação de Jaqueline Zulini, do CEPESP, o cenário político atual gera muita incerteza e a incerteza é justamente o que os investidores não querem. "Investidores precisam de estabilidade para sentirem confiança no mercado e dispostos a continuar investindo. Quando há radicalização política ou incerteza como a existente em torno dos resultados das próximas eleições, o reflexo na economia é automático. Basta observar a desvalorização cambial do real nos últimos meses".

Segundo ela, os investidores externos andam temerosos com o futuro político do Brasil e a queda dos investimentos tem causado a desvalorização da moeda, mas não há descompasso entre a política e a economia. "Estudos têm mostrado, por exemplo, que a performance eleitoral de presidentes que se candidatam à reeleição é melhor quando a economia vai bem. Em momentos de crise econômica, os presidentes que tentam se reeleger são punidos. Isso mostra que a relação entre política e economia pode tomar sentidos diferentes: de colisão ou de complementaridade".

2014 **Diálogos da indústria com candidatos à presidência da República – Propostas da indústria para as eleições de 2014**



Houve dois importantes **AVANÇOS**. A reforma trabalhista estimula a livre negociação entre empregados e empregadores ao prever que o acordado pode prevalecer sobre o legislado. Além disso, a emenda constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos contribuirá para uma melhor gestão da dívida pública.

NÃO HOUVE AVANÇOS em dois pontos fundamentais para a indústria: a exigência da uma idade mínima para a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a aprovação de um reforma tributária que simplifique as regras brasileiras, estimule o setor produtivo e gere novos investimentos.

Foto: Divulgação/Suape

COMO TRANSFORMAR O PAÍS A PARTIR DE 2019

CONHEÇA OS PONTOS PRINCIPAIS DAS PROPOSTAS FEITAS PELA CNI AOS PRÉ CANDIDATOS NESTE ANO

Esta edição especial da revista *Indústria Brasileira* oferece em suas páginas seguintes um resumo dos cadernos entregues aos presidenciáveis. Cada tópico reúne dados essenciais à compreensão dos desafios diante do próximo governo para que o país possa retomar seu crescimento sustentado, melhorar o ambiente de negócios e, finalmente, recuperar a confiança do setor produtivo nacional e dos investidores estrangeiros. A superação das mazelas sociais brasileiras depende de uma economia nacional virtuosa, que gere riqueza e progresso social. A visão da indústria está alicerçada num setor que emprega 10 milhões de trabalhadores, recolhe nada menos que 45% dos impostos pagos no país e responde por 21% do Produto Interno Bruto (PIB). Cada proposta nasce da experiência de milhares de empresários que, em conjunto, são responsáveis por essas cifras.

1 | SEGURANÇA JURÍDICA E GOVERNANÇA: O PROBLEMA E A AGENDA

Se o risco é inerente às atividades de uma empresa, a previsibilidade é fundamental nas decisões de investimento. Portanto, saber de antemão as prováveis consequências dos atos e não ser surpreendido por mudanças bruscas na legislação ou na própria interpretação, capazes de alterar e frustrar as legítimas expectativas, deve ser uma regra básica para melhorar o ambiente de negócios.

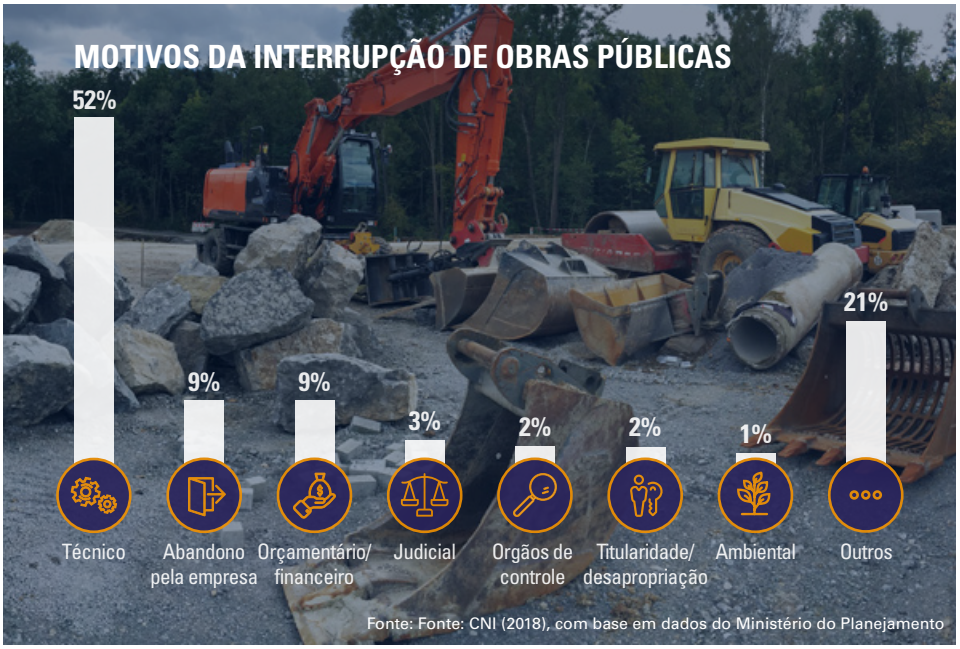
No Brasil, a insegurança jurídica está associada a leis sem clareza e, por vezes, sem base constitucional. Há, ainda, as alterações de leis sem regime de transição e sem o respectivo impacto econômico, além de excesso de leis, medidas provisórias e normas infralegais. Esse cenário é agravado pela sobreposição de normas, pela demora nos julgamentos e por mudanças constantes nas interpretações.

Entre os vários motivos que geram insegurança, vale destacar, no plano da governança, o desequilíbrio na efetivação do princípio da independência e harmonia entre os poderes, seja pela exacerbação de um deles, seja pelo déficit de outro ou pela resistência de um poder à decisão legítima do outro. Além de clareza e estabilidade das regras, é necessário respeito às decisões anteriores para reduzir a insegurança jurídica.

Foto: 061 Filmes/Shutterstock.com

2 | SEGURANÇA JURÍDICA E GOVERNANÇA NA INFRAESTRUTURA

O Brasil tem uma governança mal organizada, com uma institucionalidade inconsistente, graças à escassez de recursos existentes nos órgãos públicos responsáveis por selecionar, estruturar e executar projetos de infraestrutura. Para resolver esses problemas, é preciso implementar as medidas previstas na Lei nº 13.655/2018. É necessário, ainda, fortalecer o planejamento do setor, equipar os órgãos responsáveis por estruturar e executar os projetos de infraestrutura, adotar a arbitragem para solução de conflitos e modernizar a Lei de Licitações.



3 | SEGURANÇA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA

Os custos da falta de segurança representam para o país 5,5% do seu PIB, o que equivale a R$ 365 bilhões por ano, quando contabilizadas as perdas de vida humana, os custos com seguros e segurança privada, e os custos com o sistema prisional e com a segurança pública.

A situação da segurança pública no Brasil é ruim e vem piorando nos últimos anos. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou de 26,6 para 30,3 (aumento de 14%) entre 2006 e 2016. Os crimes contra o patrimônio também refletem a deterioração das condições de segurança. A taxa de roubos de carga por 100 mil habitantes passou de 10,1 para 13,2 entre 2007 e 2016 – aumento de 31%. Entre 2007 e 2016, a taxa de roubo a instituições financeiras aumentou 47%, de 1,5 para 2,2 a cada 100 instituições.

Entre as medidas que podem mudar esse cenário está a implementação de um plano nacional de segurança pública e a reestruturação do Ministério da Segurança Pública, transformando-o em órgão permanente e ampliando sua atuação para abarcar atividades de melhoria da gestão das polícias e da perícia.

Foto: fabio fersa / Shutterstock.com

4 | O BRASIL NA OCDE: UM CAMINHO NATURAL

Foto: Julien DANIEL / OECD

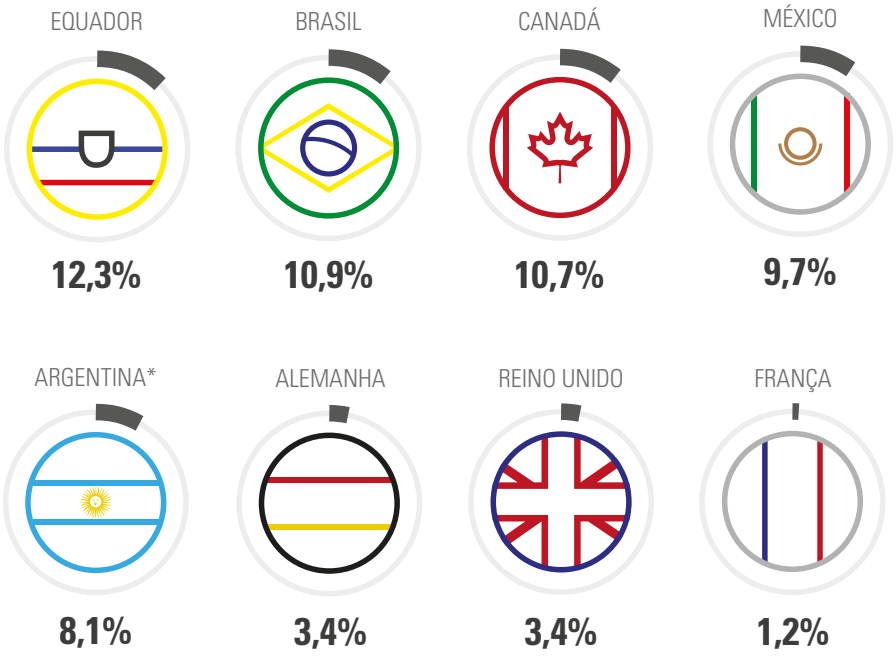
A adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), solicitada em maio de 2017, vai exigir do país a modernização do sistema tributário. As peculiaridades do sistema tributário brasileiro – inconsistências no regime de tributação de pessoas jurídicas e de tributação de não residentes, a adoção de um regime de preços de transferência, que não é convergente com o modelo da OCDE, bem como o modelo próprio de acordos para evitar a dupla tributação – têm implicações sobre o ambiente de negócios e o movimento de capitais.

Além do assunto tributário, as avaliações indicam que outros dois temas merecerão atenção: política industrial e propriedade intelectual. Embora a organização não seja um foro para negociação de abertura comercial, há indicações de que os parceiros do Brasil farão pressão para que o país avance na redução de barreiras não tarifárias. Uma avaliação do conjunto de reformas sugere que elas devem contribuir para dar maior grau de estabilidade e previsibilidade ao quadro regulatório brasileiro.

5 | SAÚDE SUPLEMENTAR: UMA AGENDA PARA MELHORES RESULTADOS

A indústria propõe estruturar um sistema de remuneração dos prestadores de serviços de saúde baseado em resultados, e não no número de procedimentos executados. Além disso, é importante identificar ações a serem adotadas para reduzir a judicialização na área de saúde. O setor industrial considera que essas são medidas que aumentariam o entendimento técnico dos magistrados sobre o tema e conteriam os custos da saúde suplementar. É preciso, ainda, implementar programas de atenção primária à saúde, com assistência integrada e foco na prevenção e no combate às doenças crônicas não transmissíveis.

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL DOS CUSTOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
Dados para o período 2016, 2017 e 2018 (projeção), nos países selecionados



*Dados para o período de 2017 e 2018

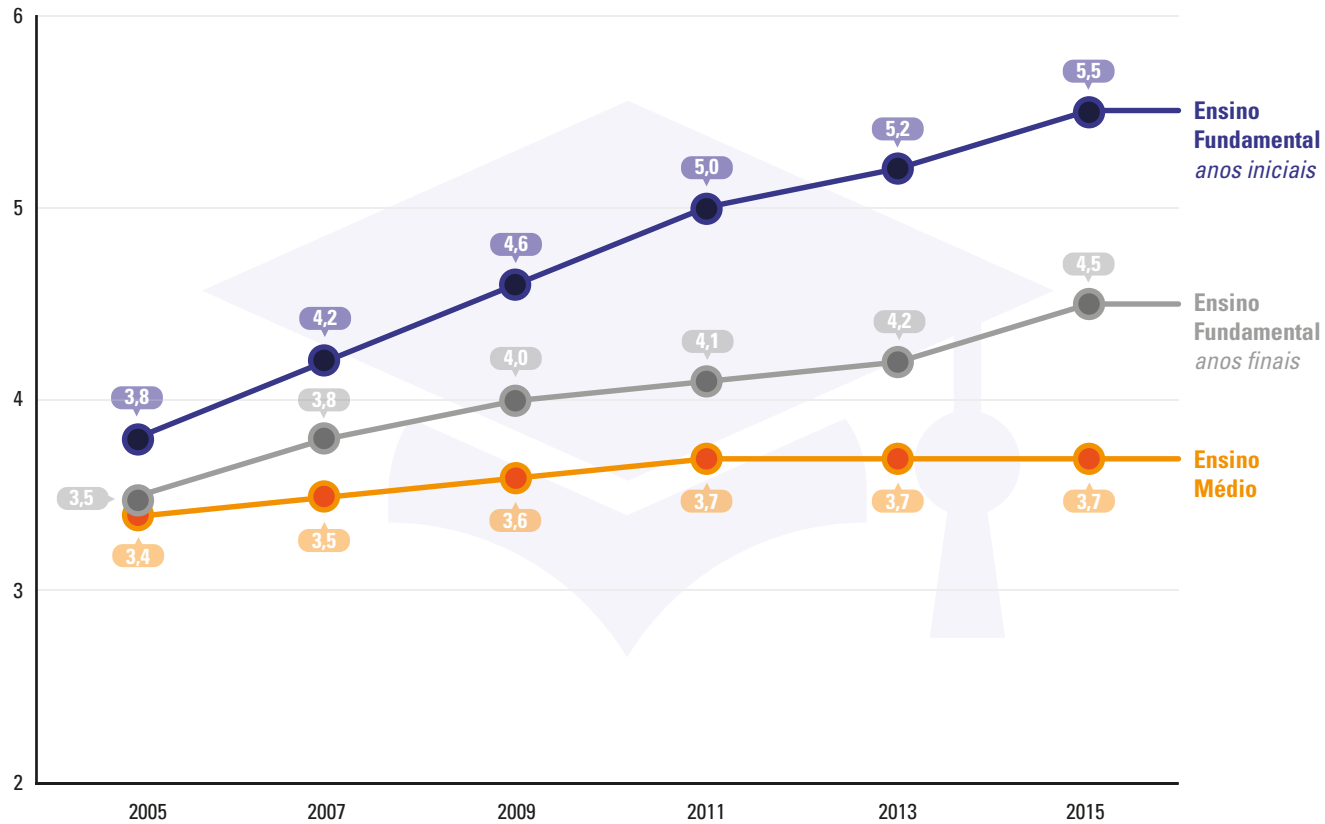
Fonte: CNI, com base em dados da Willis Towers Watson (2017)

6 | EDUCAÇÃO: A BASE PARA A COMPETITIVIDADE

A CNI sugere revisar a estrutura curricular e as metodologias de ensino, rever a Política Nacional de Formação de Professores e valorizar o magistério e a carreira docente para melhorar a qualidade da educação no Brasil. Essas medidas se somariam à iminente implementação da reforma do ensino médio no país. O rol de propostas da indústria também inclui: atuar sobre a composição da oferta de vagas com foco na educação profissional e na adequação da oferta de educação profissional e superior a demandas de médio e longo prazos do setor produtivo, além de revisar as políticas de financiamento e de gestão escolar e implantar sistema de avaliação da educação profissional.

A MELHORA DA EDUCAÇÃO NO PAÍS AINDA É MODESTA, SOBRETUDO NO ENSINO MÉDIO

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

7 | ENSINO DE ENGENHARIA: FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO

Modernização dos currículos, avaliação dos cursos e formação e capacitação de docentes devem ser os três eixos para fortalecer e modernizar os cursos de engenharia no Brasil. Para que atendam às necessidades de formação de engenheiro com competências e habilidades capazes de suprir as necessidades do mercado, é fundamental que haja a devida integração e interdependência de diretrizes e ações em diversas esferas.

Os ajustes nas diretrizes curriculares precisam estar amparados em metodologias de ensino atuais, com processos de avaliação que efetivamente controlem a qualidade e que sejam capazes de certificar a implementação de práticas inovadoras.

A CNI também defende a definição de terminologias, conteúdos e metodologias de ensino aderentes à demanda da indústria, que alinhem a formação do engenheiro brasileiro às principais tendências de mercado.

8 | FINANCIAMENTO PRIVADO DE LONGO PRAZO: UMA AGENDA PARA FORTALECER O MERCADO DE DEBÊNTURES

Estimular o desenvolvimento do mercado de debêntures e fortalecer o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nesse segmento devem ser as diretrizes para incentivar a oferta de financiamento de longo prazo no Brasil. As ações devem contemplar a redução dos custos operacionais e administrativos e a simplificação do processo de emissão e distribuição de debêntures, de modo a promover a ampliação do número de empresas que acessam esse mercado e o aumento da participação desses títulos no financiamento do investimento das empresas.

É importante remover os obstáculos à maior demanda por debêntures dos investidores institucionais e viabilizar a maior participação de pessoas físicas nesse mercado, por meio da constituição de fundos de investimento. Em relação ao BNDES, é preciso incluir, entre suas prioridades, a atuação voltada para o desenvolvimento do mercado de capitais e as operações de mais longo prazo e complementar os recursos providos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com captação de recursos provenientes do mercado doméstico e acessando com mais assiduidade o mercado internacional.

Foto: Fabio Imhoff / Shutterstock.com

Foto: Roberto Stuckert

9 | LICENCIAMENTO AMBIENTAL: PROPOSTAS PARA A MODERNIZAÇÃO

Quando se fala em licenciamento ambiental no Brasil, a lista de problemas é grande: excesso de procedimentos burocráticos, superposição de competências, falta de clareza de procedimentos, atuação discricionária dos agentes e, sobretudo, insegurança jurídica, mesmo após a concessão da licença ambiental. A combinação desses fatores eleva custos, aumenta incertezas e amplia o tempo de elaboração dos projetos, prejudicando a competitividade e a produtividade das empresas e do setor público.

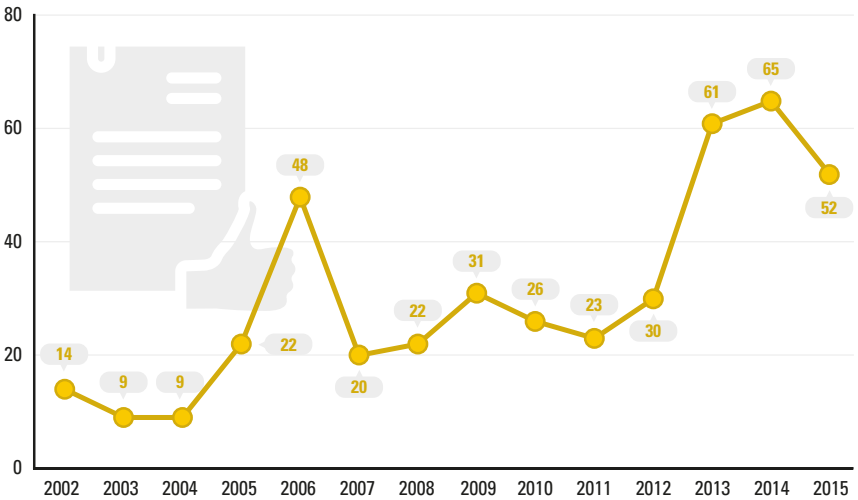
Para tornar o processo de concessão mais efetivo e eficiente, a CNI propõe: disciplinar o licenciamento em novas bases, buscando a simplificação do processo; fortalecer a gestão territorial; aprimorar os instrumentos de cooperação entre a União, estados, Distrito Federal e municípios; assegurar ao órgão ambiental competente a autonomia no processo; e desenvolver metodologias que conectem o diagnóstico socioeconômico com as medidas compensatórias ou mitigadoras.

Também é importante integrar os procedimentos administrativos para a obtenção da licença ambiental aos instrumentos de gestão da biodiversidade e dos recursos hídricos, aprimorar os diferentes mecanismos de controle ambiental para pequenos empreendedores e para empreendimentos de baixo impacto e padronizar procedimentos para concessão da licença.

10 | BIODIVERSIDADE: AS OPORTUNIDADES DO USO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

Para ampliar os investimentos em biodiversidade, é necessária a formação de ecossistemas de inovação no Brasil, com recursos financeiros para atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos diversos estágios de elaboração de novos bens e serviços baseados em recursos da biodiversidade. A CNI defende, ainda, a criação de modelos de negócios baseados na agregação de valor sobre os recursos da biodiversidade, tanto pela transformação de princípios ativos em produtos de alto valor como pela própria valoração de matérias que serão incorporadas a inovações de produtos.

AUTORIZAÇÕES EMITIDAS PELO CGEN E PELO CNPq PARA BIOPROSPECÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO*



* Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Fonte: CNI

11 | MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTRATÉGIAS PARA A INDÚSTRIA

Consolidar um novo modelo de governança do clima no Brasil, que deve ser capaz de coordenar, de forma centralizada e integrada, as diversas iniciativas na agenda de mudanças climáticas no governo federal, compatibilizando políticas setoriais e buscando a coexistência harmoniosa entre os diferentes marcos regulatórios nas três esferas de governo. Essa é uma das propostas da CNI na área de mudanças climáticas. Tal medida contribui para evitar a duplicidade de esforços e investimentos que possam comprometer a competitividade da indústria. Além disso, é preciso fortalecer mecanismos financeiros para baixo carbono já existentes, a partir da adaptação às necessidades do setor industrial, por meio de uma abordagem conjunta com o setor financeiro. É importante, também, desenvolver parcerias internacionais para financiamento da economia de baixa emissão de carbono no Brasil, por meio de acordos bilaterais e multilaterais, que permitam que o fluxo de recursos permeie o setor industrial brasileiro, induzindo ações efetivas de redução de emissão de gases do efeito estufa.

12 | ECONOMIA CIRCULAR: O USO EFICIENTE DOS RECURSOS

O melhor aproveitamento dos recursos naturais, cada vez mais comum no dia a dia das pessoas, é também uma preocupação das empresas. Seja no uso da água, diante da escassez hídrica, ou na reciclagem de resíduos, os princípios da economia circular podem contribuir para aumentar a produtividade brasileira. Mas para isso é preciso, entre outras coisas, eliminar a cumulatividade do sistema tributário, que pode levar materiais reciclados a se tornarem mais caros que os materiais virgens, e desenvolver políticas de compras públicas sustentáveis.

MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALOR NA ECONOMIA CIRCULAR

Fonte: CNI, inspirado em Ellen MacArthur Foundation, 2014

13 | SEGURANÇA HÍDRICA: NOVO RISCO PARA A COMPETITIVIDADE

Além de prejudicar o dia a dia das pessoas, a falta de água também reduz a produtividade da indústria brasileira. A solução para evitar novos racionamentos de água, como aconteceu em São Paulo e no Distrito Federal, passa pela definição de um novo marco regulatório para o setor de saneamento e pela regulação do mecanismo para delegação da outorga de direito de uso dos recursos hídricos federais. Essa solução deve incluir, também, uma melhor articulação entre o governo federal e os estados.

COMO É USADA A ÁGUA DOCE NO BRASIL

Fonte: Agência Nacional de Água (ANA), 2017

14 | MODERNIZAR A TRIBUTAÇÃO INDIRETA PARA GARANTIR A COMPETITIVIDADE DO BRASIL

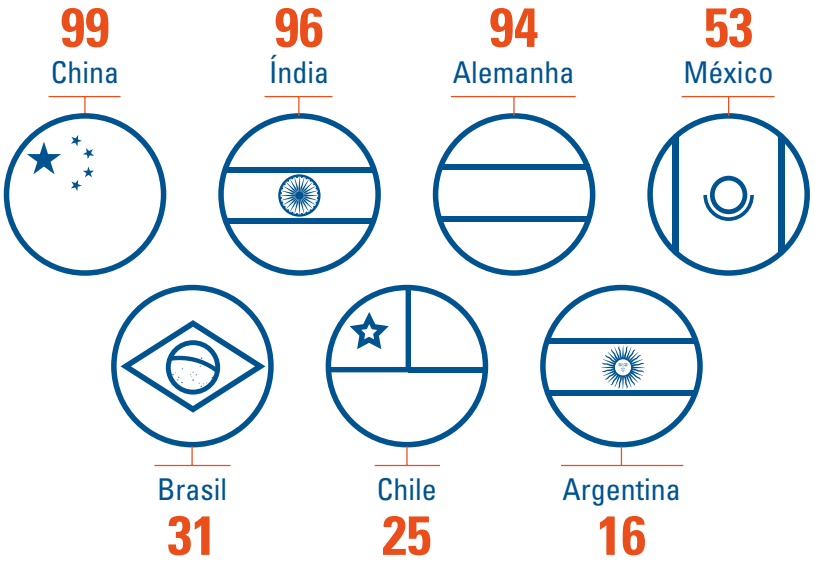
Tributar a circulação e o consumo de bens e serviços é uma medida comum a países com alta produtividade industrial. Esse é um caminho que pode ser adotado pelo Brasil para estimular novos investimentos e gerar empregos. De uma maneira geral, são quatro os principais problemas do sistema tributário brasileiro: cumulatividade, oneração das exportações e dos investimentos, alta complexidade e litígios entre o fisco e os contribuintes. O tema já foi amplamente debatido pelo Congresso Nacional e há algumas propostas nessa direção prontas para serem votadas.

Ter um sistema tributário eficiente é fundamental para a prosperidade econômica de um país. Para a CNI, a política tributária ideal é aquela que preserva as condições de equilíbrio e competição dos mercados, requisito imprescindível para se estabelecer um ambiente de negócios competitivo e atrativo, permitindo que o país otimize o uso de suas competências e vocações. Nesse sentido, o Brasil precisa respeitar os princípios de um sistema eficiente, marcado pela simplicidade, neutralidade, transparência e isonomia.

15 | TRIBUTAÇÃO DA RENDA DE PESSOAS JURÍDICAS: O BRASIL PRECISA SE ADAPTAR ÀS NOVAS REGRAS GLOBAIS

O Brasil precisa aperfeiçoar as regras de tributação da renda das empresas para atrair novos investimentos, aumentar a presença em cadeias globais de valor e acelerar o ritmo de crescimento econômico. Além disso, para não reduzir a competitividade da indústria, é preciso ampliar os tratados bilaterais para evitar a dupla tributação e adequar as regras de preços de transferências aos padrões internacionais. Essa adaptação deve incluir a redução da alíquota de tributação de pessoas jurídicas e um maior incentivo à inovação tecnológica.

NÚMERO DE ACORDOS FIRMADOS PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO (PAÍSES SELECIONADOS)



Fonte: Levantamento feito pela EY em julho de 2015

16 | TRIBUTAÇÃO SOBRE A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS: MUDAR PARA UMA INDÚSTRIA COMPETITIVA

O Brasil pode exportar mais e se inserir melhor no comércio exterior de serviços se superar as distorções que se concentram na área tributária. A oferta competitiva de serviços para reduzir custos na produção industrial depende de uma agenda ambiciosa que enfrente os problemas do sistema tributário nas importações e exportações.

Para eliminar as distorções tributárias nas importações de serviços, recomenda-se unificar os tributos sobre o consumo que incidem nas importações de serviços, aprimorar a aplicação dos tratados para evitar dupla tributação e ampliar o mecanismo de *drawback* para a suspensão dos tributos incidentes na importação de serviços utilizados nas exportações de bens.

Para eliminar as distorções tributárias nas exportações de serviços, é necessário permitir a compensação do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica pago no exterior sobre as exportações de serviços das empresas optantes pelo lucro presumido, eliminar distorções na incidência do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre a exportação de serviços e elaborar nova lei que isente a incidência de IOF-câmbio sobre o ingresso de receitas de exportação de serviços.

17 | TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR: ISONOMIA PARA A COMPETITIVIDADE

O sistema tributário brasileiro é oneroso, complexo e envolve uma burocracia excessiva. As empresas exportadoras brasileiras, diferentemente de seus competidores, exportam tributos, ou seja, perdem competitividade no mercado internacional. Como forma de compensá-las, o governo criou mecanismos de ressarcimento de tributos, mas estes são ineficazes e burocráticos.

Nesse contexto, algumas medidas precisam ser executadas com o objetivo de reduzir e simplificar a carga tributária incidente sobre o comércio exterior, tais como assegurar a desoneração de ICMS sobre todas as exportações brasileiras, atualizar a alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) para o valor máximo permitido em lei, aprimorar os mecanismos para utilização de créditos tributários federais e estaduais provenientes de exportações, aperfeiçoar os regimes aduaneiros especiais de incentivo às exportações e retirar do valor aduaneiro os custos de descarga da mercadoria no território nacional.

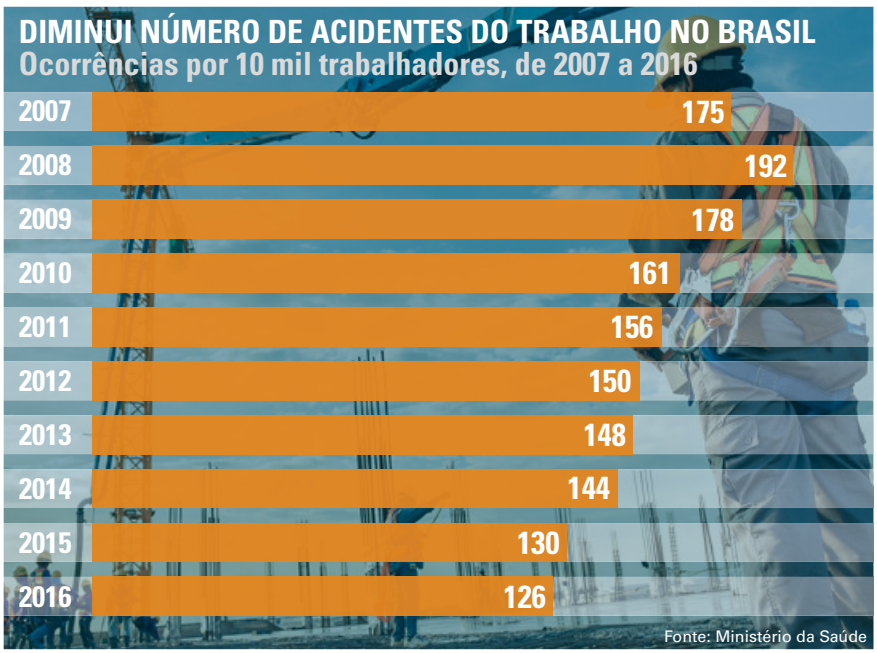
18 | RELAÇÕES DE TRABALHO: CAMINHOS PARA CONTINUAR A AVANÇAR

Apesar dos avanços obtidos em 2017 na modernização das relações de trabalho no Brasil, por meio do fortalecimento da negociação coletiva e da regulamentação da terceirização, é preciso implementar, de maneira segura, as reformas já realizadas, segundo avaliação da CNI. Vencida essa etapa, a modernização da legislação trabalhista exigirá novas medidas a serem discutidas e implementadas.

Para contribuir com essa modernização, a CNI listou 12 recomendações de medidas sobre as relações do trabalho. Entre elas estão a revisão dos critérios que definem a base de cálculo para a contratação de aprendizes, de modo a permitir a alocação eficiente dos esforços e recursos de empresas e entidades formadoras. A entidade também sugere que o número de aprendizes com deficiência seja considerado na reserva de vagas às pessoas com deficiência, recomenda a definição de cota para contratação de pessoa com deficiência, proporcional ao grau de risco dos estabelecimentos, e propõe a modificação da data de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do dia 7 para o dia 20 de cada mês.

19 | MODERNIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: AÇÕES PARA AVANÇAR

A implantação de um sistema eletrônico de emissão e controle de atestados médicos poderá ajudar a reduzir fraudes e contribuirá para complementar a reforma da Previdência Social, mais focada na exigência de uma idade mínima e na alteração das regras de acesso ao direito à aposentadoria. Para avançar no tema, a CNI elencou 30 recomendações, das quais destacamos o acesso das empresas às informações sobre o empregado afastado e a permissão para que o serviço médico da empresa subsidie a perícia médica do INSS na concessão de benefícios previdenciários.



20 | PRIVATIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA: O QUE FALTA FAZER?

O Brasil investe pouco em infraestrutura. Os recursos aplicados representam, em média, 2% do PIB por ano, mas deveriam alcançar ao menos 4,15% para a superação dos gargalos existentes. A modernização do setor demanda um esforço de cerca de duas décadas, segundo a CNI. São necessários mais investimentos e maior mobilização de recursos públicos e, principalmente, privados.

Esses investimentos devem vir acompanhados de uma melhor capacidade de execução de projetos. A privatização de setores de infraestrutura tem alguns desafios. Para garantir a atração de agentes privados, além de um retorno que cubra o custo de capital do investidor, é necessário mitigar riscos legais, contratuais, regulatórios e relativos ao ambiente de negócios.

Entre as 12 recomendações da indústria estão: garantir a autonomia decisória e financeira das agências reguladores; adaptar as empresas públicas que não forem privatizadas às determinações da Lei das Estatais até 30 de junho de 2018; conferir mandato ao BNDES para dar celeridade ao processo de privatização e concessão; e privatizar as Companhias Docas.

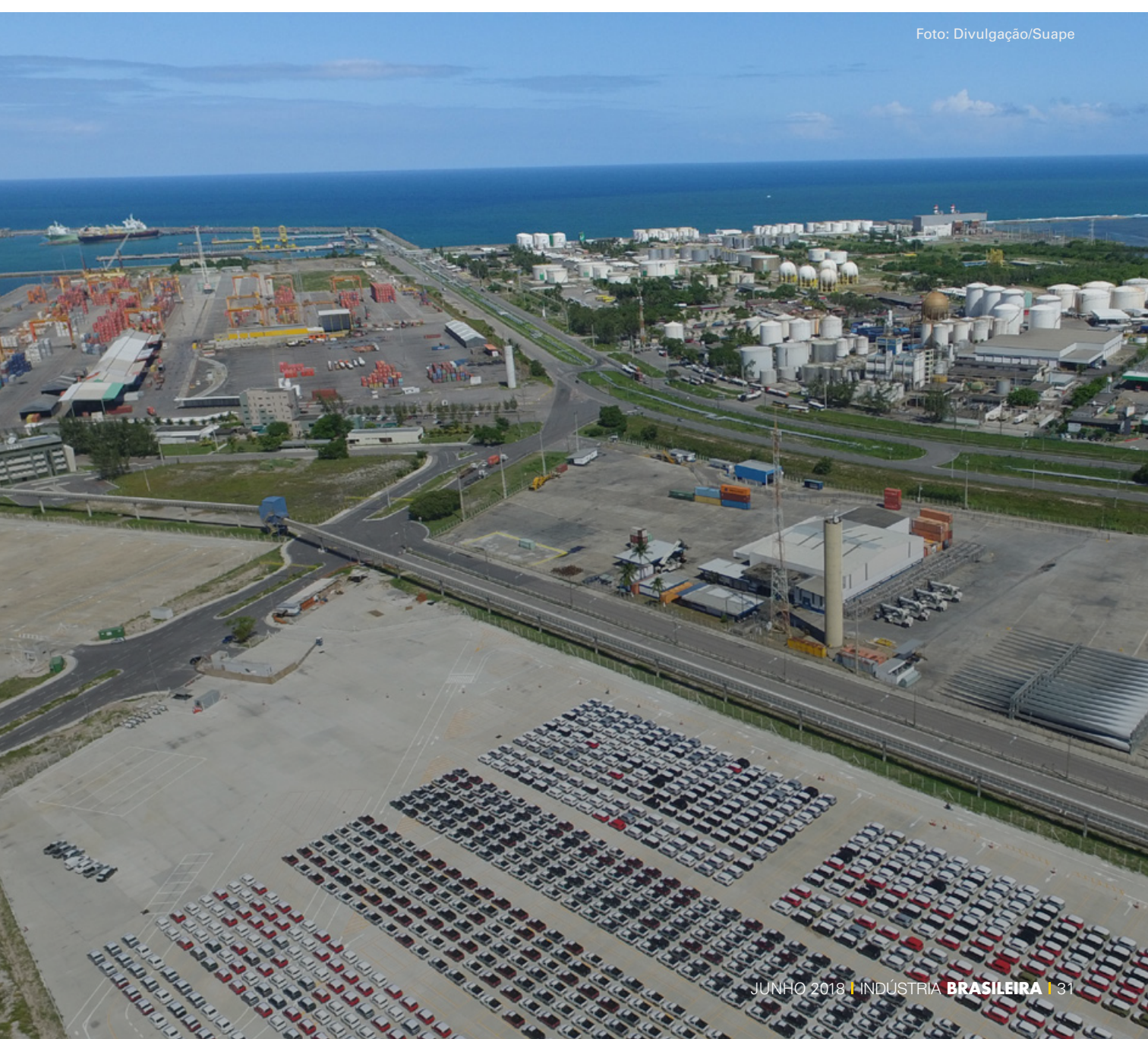
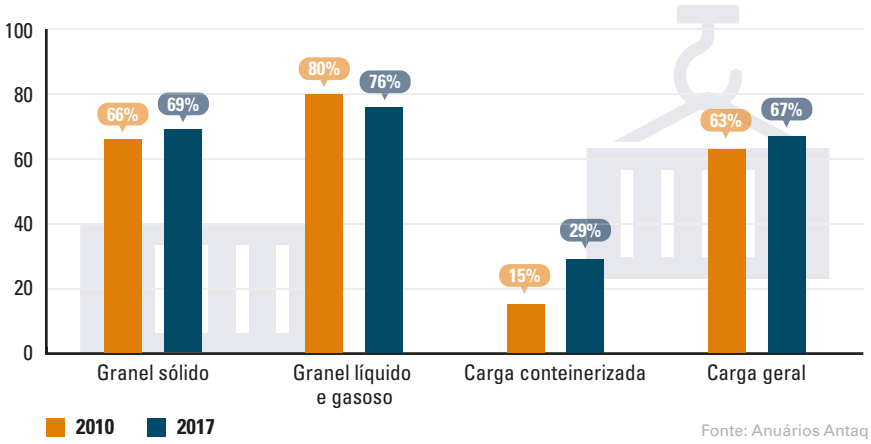


Foto: Divulgação/Suape

21 | SISTEMA PORTUÁRIO: AVANÇOS, PROBLEMAS E AGENDA

Embora a nova Lei dos Portos (12.815/13) tenha equacionado, de modo geral, as principais questões de natureza legal ou regulatória que travavam a expansão e a melhoria da eficiência do sistema portuário, ainda há medidas que podem ser adotadas para dar continuidade a esse processo. Conforme o estudo da CNI, é preciso transferir a administração dos portos organizados para o setor privado, licitar os terminais arrendados antes de 1993 e adequar os contratos de arrendamento vencidos.

PARTICIPAÇÃO DOS TERMINAIS PRIVATIVOS NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGA NO PAÍS (2010–2017)



Fonte: Anuários Antaq

22 | TRANSPORTE MARÍTIMO DE CONTÊINERES E A COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES

Os usuários de transporte marítimo internacional (TMI) de carga conteinerizada, principal meio de movimentação de cargas industriais, são onerados por políticas adotadas há mais de meio século e que perderam a funcionalidade. O cenário é agravado pelo despreparo regulatório e institucional, que tornam o país vulnerável a movimentos globais que aumentam o poder de mercado dos armadores e pressionam para cima os níveis de frete.

Estabelecer uma agenda de interesse dos usuários exige a remoção dos entraves que a atual política impõe ao setor, tais como: reduzir o poder de mercado dos transportadores no TMI de contêineres e aumentar o poder de barganha dos usuários; denunciar acordos bilaterais com prescrição de cargas vigentes; flexibilizar regras de prescrição de cargas para serviços de *feeder* (serviço alimentador) diretamente vinculados aos fluxos de comércio internacional do país; e reduzir o ônus para os usuários, representado pelo Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

23 | TRANSPORTE FERROVIÁRIO: COLOCANDO A COMPETITIVIDADE NOS TRILHOS

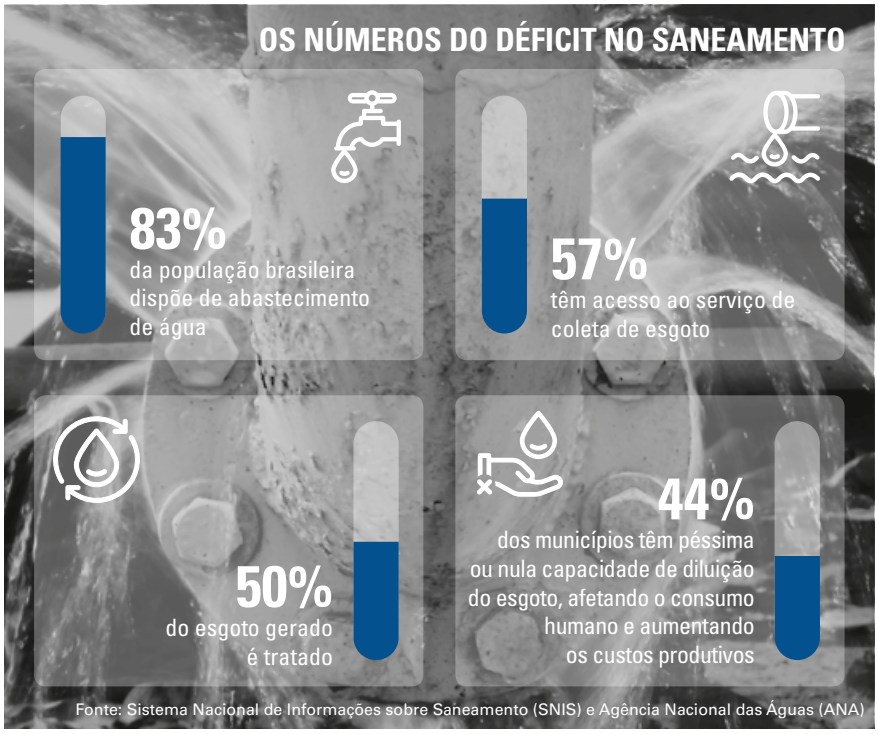
Um sistema ferroviário eficiente e bem conectado é um diferencial de competitividade no transporte de cargas. Para o Brasil superar os atuais gargalos logísticos, é fundamental aumentar o tamanho da malha, a velocidade média dos comboios e a conectividade do sistema.

A operação da malha ferroviária do país apresenta problemas e deficiências, entre os quais se destacam: desempenho insatisfatório das concessionárias, que se reflete na evolução do volume de carga transportada e no montante de investimento realizado; ausência de concorrência no mercado; e dificuldades enfrentadas na interconexão das diversas malhas.

Entre as medidas necessárias para tornar o sistema ferroviário eficiente estão: renovação dos contratos de concessão, mediante a garantia de compartilhamento da malha concedida; adequação do marco regulatório atual ao efetivo compartilhamento da malha concedida; aumento dos investimentos dos concessionários; definição sobre a questão dos trechos ferroviários ociosos; e conclusão do processo de dissolução da Valec.

24 | SANEAMENTO BÁSICO: UMA AGENDA REGULATÓRIA E INSTITUCIONAL

O setor com maior déficit de atendimento e maiores desafios de expansão é o de saneamento. A lenta expansão das redes e a baixa qualidade dos serviços têm trazido fortes implicações para a saúde da população e para o setor produtivo. Mantidos os níveis recentes de investimento, a universalização seria atingida apenas após 2050. Em vários países, a parceria com o setor privado tem sido fundamental para a expansão dos serviços. Definir diretrizes regulatórias claras e efetivas é o primeiro passo para desenvolver o saneamento brasileiro.



25 | GRANDES OBRAS PARADAS: COMO ENFRENTAR O PROBLEMA?

POR QUE AS MEGACONSTRUÇÕES PARAM

O Brasil investe pouco em infraestrutura e parte do que investe acaba desperdiçada em obras paralisadas, que consomem recursos e não geram benefícios. As paralisações não são consequência da complexidade dos projetos, mas sim de falhas básicas na forma como o setor público executa seus projetos de infraestrutura. Para evitar a suspensão de novas obras, é necessário melhorar o planejamento, avaliar qual modalidade de execução é a mais adequada, aparelhar melhor as equipes responsáveis, desenhar contratos mais equilibrados e fortalecer o controle interno.

Fonte: Ministério do Planejamento

26 | ENERGIA ELÉTRICA: CUSTOS E COMPETITIVIDADE

A energia elétrica é um dos principais insumos da indústria brasileira. A segurança no fornecimento e o seu custo são determinantes para a competitividade da indústria. O sistema elétrico brasileiro já foi considerado um dos mais eficientes do mundo, mas o constante intervencionismo governamental, aliado ao alto custo dos impostos e dos encargos setoriais, além de erros regulatórios, tornou a energia elétrica paga pela indústria uma das mais caras do mundo.

A redução sustentável do custo da eletricidade exige que se promova a estabilidade institucional, principalmente na regulação relacionada à formação de preços e tarifas, bem como a redução dos encargos setoriais e da duração dos contratos de energia. Também é necessário aprimorar a distribuição dos custos da expansão entre os consumidores regulados e livres, priorizar a alocação dos riscos de mercado para os geradores – que possuem maior condição de gerenciá-los –, diversificar os agentes no mercado de investimentos em infraestrutura e otimizar a expansão da geração e da transmissão de forma conjunta.

27 | INSUMOS ENERGÉTICOS: CUSTOS E COMPETITIVIDADE

A recuperação da competitividade dos combustíveis no mercado nacional é fundamental para a retomada da indústria nacional. É chegado o momento de uma reforma profunda nos mercados de gás e combustíveis líquidos no Brasil, que resulte em preços finais competitivos e alinhados ao mercado internacional. Para isso, é preciso privatizar os ativos de distribuição de gás natural dos governos estaduais, promover a atração de novos investimentos privados e a desconcentração do segmento, inibir práticas abusivas de mercado e revisar a política tributária para o mercado de gás e combustíveis.

O CONSUMO ENERGÉTICO DOS SETORES ENERGO-INTENSIVOS
% do total do setor, em 2016

Fonte: Elaboração própria com dados do BEN (EPE, 2017)

28 | GÁS NATURAL: MERCADO E COMPETITIVIDADE

O preço do gás natural no mercado final brasileiro é um dos mais elevados do mundo, sendo um obstáculo para a competitividade da indústria, em particular para os segmentos intensivos em energia. A forma de organização e a regulação da indústria de gás natural no Brasil não estão alinhadas às melhores práticas internacionais, notadamente por persistir, de fato, um monopólio da Petrobras sobre toda a cadeia produtiva.

A busca de um novo modelo de desenvolvimento do setor se justifica pela baixa competitividade do gás ofertado no país, em um momento em que, internacionalmente, o produto está se tornando cada vez mais competitivo e a Petrobras decidiu reduzir sua participação no setor.

Para induzir os investimentos e a concorrência, é preciso promover a oferta competitiva do gás natural, criar um sistema de transporte de gás robusto e competitivo, regulamentar a atividade de comercialização de gás pela ANP, criar o Mercado Organizado de Gás Natural e a Entidade Administradora de Mercado de Gás Natural, fortalecer a competitividade do segmento da distribuição e privatizar as distribuidoras.

29 | TÉRMICAS NA BASE: A ESCOLHA INEVITÁVEL

A energia elétrica, que antes era um fator favorável à competitividade da indústria brasileira, agora a reduz, em razão do preço elevado e da baixa qualidade. O país precisa de segurança no abastecimento e de preços estáveis e competitivos.

O padrão de expansão da matriz de geração brasileira, baseado em fontes hidrelétricas, apresenta sinais de esgotamento. Esse cenário aumenta a dependência das termelétricas a gás natural, o que resulta em custos insustentáveis. No Brasil, as termelétricas são tradicionalmente concebidas para complementar a geração hidráulica. O parque térmico brasileiro, por sua vez, é majoritariamente composto por unidades flexíveis, usinas de reserva ou emergenciais, que não possuem geração mínima obrigatória. São unidades que resultam em preços elevados quando utilizadas por períodos prolongados.

Para manter a sustentabilidade futura do setor elétrico nacional, é preciso desenvolver mudanças regulatórias para a entrada de térmicas na base do sistema, integrar os planejamentos do setor elétrico e do gás natural e reduzir os riscos dos empreendimentos térmicos.

30 | TELECOMUNICAÇÕES: MODERNIZAÇÃO DO MARCO INSTITUCIONAL

A Lei Geral de Telecomunicações (LGT), aprovada em 1997 e considerada um marco essencial do setor, tornou-se obsoleta por força das enormes mudanças trazidas pela revolução tecnológica e suas implicações, tanto na organização da indústria como nos padrões de competição no mercado. É imperativo repensar o quadro legal e o modelo regulatório, para garantir que o país seja capaz de acompanhar a revolução digital trazida pela indústria 4.0.

Os principais desafios enfrentados pelo setor são barreiras legais e regulatórias, que se transformam em barreiras ao investimento. São aliadas à ineficiência da atuação estatal direta no setor por meio da Telebrás, que absorve recursos do Tesouro sem a efetiva contrapartida em termos de universalização de serviços.

Apoiar a migração do modelo de concessão para o de autorização à prestação dos serviços de telecomunicações, garantir a autonomia técnica e financeira às agências reguladoras – em especial da Anatel. –; e submeter um novo Plano Geral de Outorgas a revisões decenais são medidas necessárias para aumentar a capacidade de investimento do setor.

31 | INOVAÇÃO: AGENDA DE POLÍTICAS

Para o Brasil aumentar sua competitividade, gerar melhores empregos e crescer, é imperativo que reforce a capacidade de inovação do setor produtivo. No país, os mecanismos de suporte às atividades de inovação ainda não se mostram capazes de alavancar os resultados desejados. A área de financiamento requer o aumento do volume de recursos federais destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e à modificação da forma de alocação dos dispêndios, com foco na efetividade das políticas públicas, na dinamização dos negócios e na definição de áreas estratégicas.

Aumentar a capacidade de inovação do setor produtivo exige: revisar os mecanismos de coordenação, articulação e gestão para aumentar a efetividade das políticas nessa área; aumentar o volume de recursos federais destinados à CT&I; modificar o padrão e a alocação dos dispêndios; aprimorar o Novo Marco Legal da CT&I; aperfeiçoar legislações como a Lei de Informática e a Lei do Bem; e desenvolver políticas de suporte ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas inovadoras, especialmente as *startups*.

Foto: José Paulo Lacerda/CNI

32 | INDÚSTRIA 4.0 E DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA

As principais nações industrializadas têm inserido o desenvolvimento da indústria 4.0 no centro de suas estratégias de política industrial para aumentar sua competitividade. O avanço de outros países rumo a ela, como é caso da Alemanha (foto), cria um duplo desafio para o Brasil. Além de buscar a incorporação e o desenvolvimento dessas tecnologias, é preciso fazê-lo com agilidade, a fim de evitar que o *gap* de competitividade com nossos principais competidores aumente.

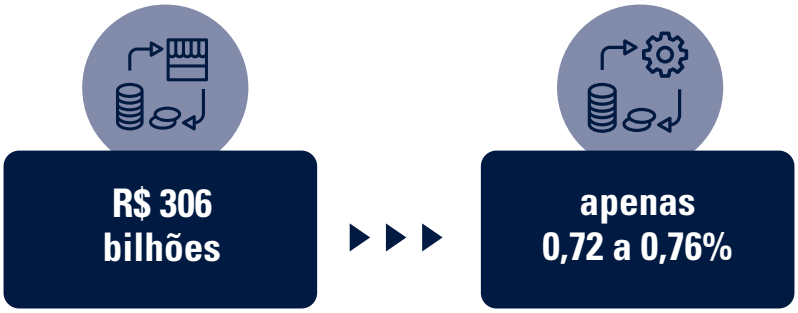
A capacidade de a indústria brasileira competir internacionalmente dependerá da reação das empresas e da habilidade do governo, em parceria com o setor privado, de favorecer a transformação e não criar obstáculos. Para isso, é necessário priorizar políticas de difusão e indução à adoção das novas tecnologias, disponibilizar mecanismos específicos para promover o desenvolvimento tecnológico, ampliar a infraestrutura de telecomunicação – em especial de banda larga –, aperfeiçoar aspectos regulatórios e estabelecer um modelo de governança que estimule a articulação institucional entre os órgãos responsáveis pela implementação de políticas ligadas à indústria 4.0.

33 | COMPRAS GOVERNAMENTAIS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL E PROPOSTAS PARA O BRASIL

O modelo de compras públicas precisa ser revisto para servir como instrumento de desenvolvimento produtivo e tecnológico para a indústria nacional. O marco legal é centrado na questão da aquisição pelo menor preço e o fomento ao desenvolvimento tecnológico é marginal em termos de valores totais.

A indústria defende que as compras públicas tenham a mesma função estratégica observada na Europa e nos EUA. Para isso, é necessário regulamentar o instrumento de encomendas tecnológicas, aperfeiçoar o instrumento de margem de preferência e regulamentar a política nacional de compensação tecnológica.

DADOS SELECIONADOS SOBRE AS COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL, AINDA POUCO EXPLORADAS NO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E TECNOLÓGICO



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Painel de Compras. Brasília, 2017.

34 | PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A Propriedade Intelectual tem papel decisivo no estímulo à inovação e ao desenvolvimento econômico. A eficiência do sistema brasileiro está diretamente ligada ao bom funcionamento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A falta de estrutura do órgão prejudica não só a indústria brasileira, mas também as empresas internacionais, que poderiam investir muito mais em inovação no país. Mudar essa realidade exige assegurar a autonomia e a melhoria operacional do INPI, diminuir o tempo de exame de patentes, ampliar a integração do Brasil ao sistema mundial de propriedade intelectual e garantir a adesão ao Protocolo de Madri, tratado internacional para o registro de marcas assinado em 1991.

A LENTIDÃO DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, EM NÚMEROS

35 | GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR: APERFEIÇOAMENTO DE INSTITUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A política comercial brasileira tem graves problemas de governança. Os processos de formulação e execução da política precisam ser mais bem organizados, os órgãos de governo envolvidos no tema devem atuar de forma coordenada e a produção de normas do comércio exterior precisa ser transparente e responsiva aos interesses da sociedade e do setor privado.

A reorganização da governança da política comercial é fundamental para maior inserção do país na economia internacional. Para que seja realizada, é necessária uma série de medidas que passam por tornar o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) o principal órgão executor da política comercial, garantindo recursos financeiros, ampliando a atuação da pasta no Brasil e no exterior e mantendo quadros técnicos e de carreira à frente de suas funções. É importante, ainda, fortalecer a Câmara de Comércio Exterior (Camex) como instância de formulação, dar foco à atuação da Apex-Brasil e reaproximá-la do setor privado e reordenar a atuação do Itamaraty, que passaria a ter papel limitado às suas áreas de expertise: apoio político ao setor privado no exterior, negociações internacionais e condução técnica e política das disputas na OMC.

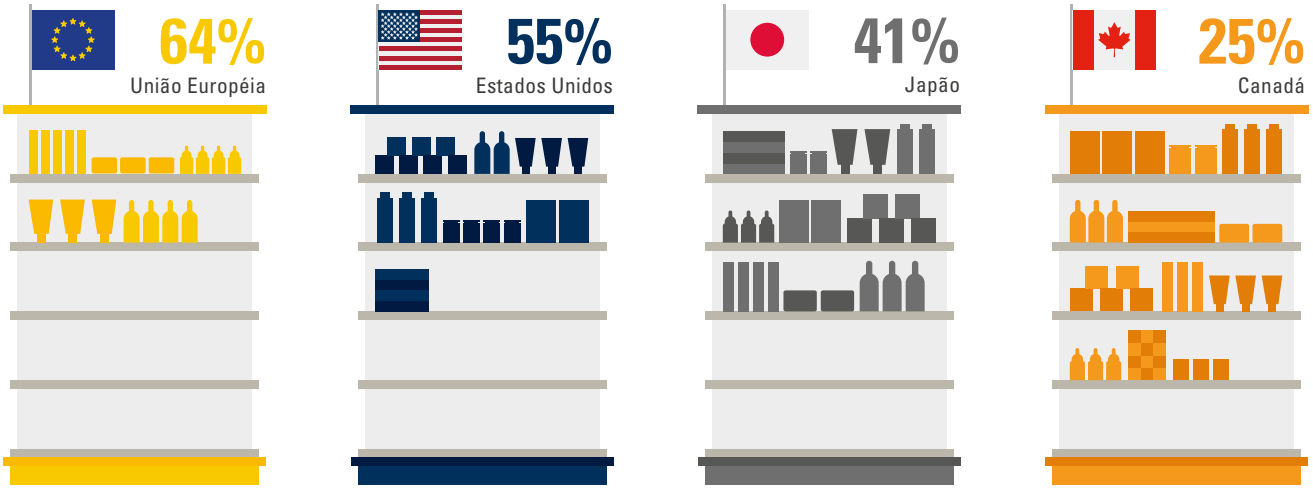
36 | ACORDOS COMERCIAIS: AS PRIORIDADES

A ampliação da rede de acordos comerciais é elemento-chave para a competitividade da indústria brasileira. O país avançou nos últimos anos na agenda de negociações, mas continua à margem da rede de acordos mundiais. Novos acordos poderiam remover barreiras, inserir o Brasil com mais qualidade nas cadeias globais e melhorar a posição competitiva dos bens brasileiros no mundo.

Uma agenda prioritária para a indústria prevê a conclusão dos acordos com a União Europeia e com o México, negociação com os Estados Unidos, definição de uma agenda com países em desenvolvimento – como África do Sul, Irã, países do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) e Índia –, conclusão das negociações com a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA) – bloco formado por Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia –, estabelecimento de uma agenda com outros países desenvolvidos – como Canadá e Japão –, prioridade no processo de adesão do Brasil à OCDE e aprofundamento dos acordos na América do Sul e na Aliança do Pacífico.

MERCADOS QUE PODERIAM TER MAIS PRODUTOS BRASILEIROS

Espaço vazio na prateleira indica a porcentagem potencial de exportação bloqueada por alguma barreira comercial



Fonte: CNI

37 | BARREIRAS COMERCIAIS E AOS INVESTIMENTOS: AÇÕES PARA ABRIR MERCADOS

Barreiras comerciais e aos investimentos estão se tornando cada vez mais sofisticadas e difíceis de serem identificadas. O Brasil deve ter uma estratégia nacional com procedimentos bem definidos e mais eficientes para eliminar essas barreiras, incluindo a criação de um Mecanismo de Investigação de Barreiras (MIB), de um Comitê de Barreiras Comerciais e aos Investimentos na Câmara de Comércio Exterior (Camex) e da função de Adido de Indústria e Comércio em representações diplomáticas do Brasil no exterior.

COMO ISSO AFETA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

16

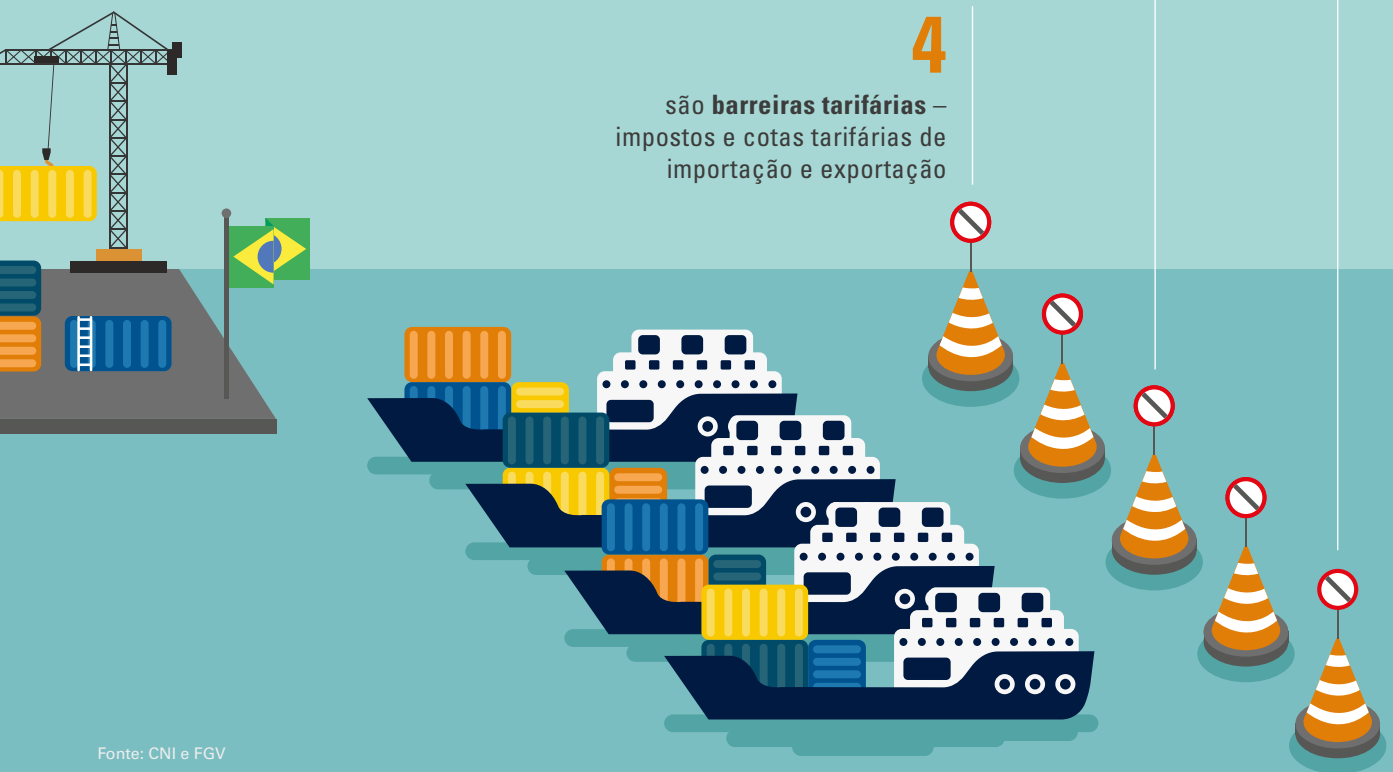
tipos de **barreiras comerciais** impedem a chegada de navios com mercadorias brasileiras a um território estrangeiro

12

são as **barreiras não tarifárias** – medidas sanitárias ou fitossanitárias, entre outras

4

são **barreiras tarifárias** – impostos e cotas tarifárias de importação e exportação



Fonte: CNI e FGV

38 | INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR: SUPERANDO OS OBSTÁCULOS

O Brasil tem sido, entre os países emergentes, um retardatário no processo de internacionalização produtiva de suas empresas. O país tem perdido, ininterruptamente, participação nos fluxos e estoque de investimentos no exterior, inclusive para economias menores.

Falta ao Brasil um conjunto coerente de políticas que contribuam para um ambiente que permita às empresas investirem no exterior em igualdade de condições com seus competidores.

Uma política consistente de apoio aos investimentos no exterior necessita atacar, ao menos, quatro áreas de política que afetam a competitividade: tributação, legislação trabalhista e previdenciária, financiamento e garantias e acordos de investimentos.

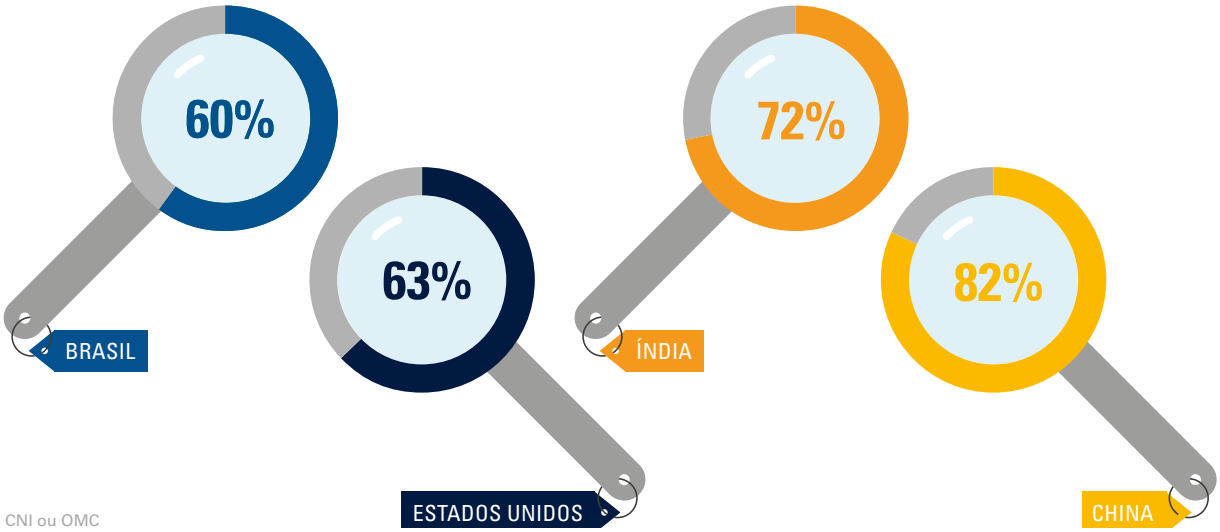
Nessas quatro áreas, destaca-se a necessidade de ampliar a rede brasileira de Acordos para Evitar Dupla Tributação (ADTs), aprimorar a legislação de preços de transferência, reduzir o custo para a expatriação de mão de obra, criar instrumentos contra riscos políticos em suas operações no exterior, reduzir a zero o IOF sobre operações de investimentos no exterior e ampliar os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), como o assinado com o México (foto).

39 | DEFESA COMERCIAL: AGENDA PARA UM COMÉRCIO JUSTO

Um sistema de defesa comercial eficiente e assentado em regras e boas práticas internacionais é condição essencial do processo de integração comercial. Apesar da modernização do sistema brasileiro de defesa comercial nos últimos anos, há falhas na atuação dos órgãos e no cumprimento de regras. Sendo assim, é preciso garantir segurança jurídica para o sistema, modernizar as investigações de salvaguardas e aumentar a eficácia no apoio aos exportadores brasileiros considerados alvos de investigações de defesa comercial no exterior.

APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL NO BRASIL É MENOR QUE EM OUTRAS ECONOMIAS GRANDES

Porcentagem de investigações que levaram à aplicação de medidas, de 1995 a 2016



Fonte: CNI ou OMC

40 | FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES: MAIS EFICÁCIA NO APOIO AO EXPORTADOR

Há lacunas importantes no sistema público de financiamento que precisam ser solucionadas, como a imprevisibilidade orçamentária do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e as dificuldades de acesso de pequenas e médias empresas às linhas oficiais.

O aprimoramento da política governamental de financiamento e garantias às exportações demanda reformas em três eixos estruturantes: no *funding* da participação governamental no financiamento à exportação; no arcabouço institucional e na governança das agências governamentais; e no desenho dos instrumentos utilizados e na gestão operacional das instituições.

EMPRESAS TÊM POUCO APOIO FINANCEIRO PARA EXPORTAR

Fonte: CNI e FGV

41 | FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A burocracia alfandegário-aduaneira figura entre os principais entraves às exportações brasileiras, segundo pesquisa da CNI realizada com mais de 800 empresas. Em média, os atrasos aduaneiros aumentam em 13% os custos para exportar e 14% para importar no Brasil.

A simplificação e a desburocratização são vitais para reduzir o tempo e os custos nas operações de comércio exterior. Para que isso ocorra, deve-se fortalecer o canal de diálogo construído no âmbito da Camex, por meio do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac), para implementar as obrigações do Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC, foto).

Também é necessário integrar todos os órgãos anuentes e seus respectivos controles e regulamentações para a plena implantação do Portal Único de Comércio Exterior, implantar um sistema de coleta única integrado para arrecadação de impostos exigidos no comércio exterior brasileiro, aperfeiçoar o regime de licenciamento nos órgãos anuentes e eliminar as incompatibilidades jurídicas com as normas nacionais e internacionais de taxas e encargos.

Foto: Divulgação/OMC

42 | DOCUMENTOS ADUANEIROS: COMÉRCIO EXTERIOR SEM AMARRAS

Os documentos aduaneiros necessários, por exemplo, para despachos pelo Porto de Santos (foto) têm impacto relevante na facilitação dos fluxos de comércio. O Brasil pode reduzir os custos de transação e oferecer mais segurança e velocidade nas operações utilizando instrumentos já disponíveis, mas que precisam ser aperfeiçoados.

O Certificado de Origem, o ATA Carnet e o Certificado de Livre Venda (CLV) são documentos aduaneiros que impactam na competitividade das empresas brasileiras no exterior. Apesar de sua importância, a implementação desses instrumentos apresenta desafios relacionados à simplificação de procedimentos, à falta de capacitação dos agentes públicos, à eficiência operacional e à integração com mercados estratégicos.

Com relação à Certificação de Origem Digital, é preciso integrá-la aos países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), ampliar as emissões de certificados digitais e fiscalizar a emissão do documento. Quanto ao ATA Carnet, é necessário trabalhar pela adesão de novos países ao sistema e simplificar e harmonizar procedimentos para sua aceitação. Também deve ser definido o marco legal e a harmonização de procedimentos para a emissão do CLV e a habilitação de emissores privados.

Foto: Sergio Furtado/Codesp

43 | POLÍTICA INDUSTRIAL SETORIAL: CONCEITOS, CRITÉRIOS E IMPORTÂNCIA

O último caderno a ser entregue pela CNI tratará das sugestões para que o país tenha uma política industrial coerente com a vocação econômica do país e sustentável diante do quadro regulatório global. Esse documento será divulgado em evento com especialistas nacionais e internacionais no fim do ano.

Foto: Divulgação/VWBR

SESI viva+

MAIS INTELIGÊNCIA.
MAIS SAÚDE.
MAIS RESULTADOS.

CONTE COM UMA PLATAFORMA COMPLETA EM GESTÃO DE SST.

Problemas relacionados a Segurança e Saúde no Trabalho trazem muitas despesas para a indústria. Pensando nisso, o SESI criou uma plataforma digital para a gestão de programas e serviços voltados para a saúde e segurança na indústria: o **SESI Viva+**.
É a solução completa para sua empresa reduzir gastos com despesas legais e aumentar o rendimento da equipe. Tudo isso de maneira totalmente integrada com as novas regras do **eSocial**.

Conheça o **SESI Viva+**.
A plataforma que sua empresa precisa para reduzir os custos e aumentar os resultados.

SAIBA MAIS EM:
sesivivamais.com.br
0800 0713010
atendimento@sesivivamais.com.br

/SESINacional /company/sesi-nacional /sesi

SESI
Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA